

**OS LIMITES DO FISIOCRACISMO QUESNAYSIANO NA FRANÇA DO “SÉCULO
DAS LUZES”¹**Rosalina Lima Izepão²**ÁREA 01: HISTÓRIA ECONÔMICA, ECONOMIA POLÍTICA E METODOLOGIA****RESUMO**

O Mercantilismo, na fase do Capitalismo Comercial, embora fosse a política econômica praticada pelos diferentes Estados nacionais modernos consolidados na Europa, durante o século XVI, não possuía um escopo técnico-teórico e metodológico capaz de dar uma resposta próxima à científica às questões econômicas da época. Foi o fisiocrata iluminista francês François Quesnay, em meados do século XVIII, quem traçou os primeiros fundamentos científicos do que viria a se tornar a Ciência Econômica, por meio da proposição de um modelo de crescimento econômico para a França, em 1758. No presente artigo tem-se como objetivo analisar o modelo de crescimento econômico proposto por Quesnay à França, em meados do chamado “século das luzes”, destacando os fatores limitantes à aplicação do mesmo. Trata-se de uma pesquisa tipicamente bibliográfica. Os resultados evidenciaram que, embora o modelo quesnaysiano tenha sido revolucionário em diversos aspectos, sobretudo, o metodológico, as condições históricas internas da França, à época, em especial as político-administrativas e econômicas impossibilitaram a implantação do modelo proposto. Da mesma forma, quando se analisa o capitalismo no âmbito internacional, observa-se que no processo de acumulação de capital já se consolidava o modelo industrial britânico, caracterizado pela I Revolução Industrial inglesa, de 1750.

Palavras-chave: França. Fisiocracia. Quesnay. Crescimento Econômico. Limitações do Modelo

Abstract

Mercantilism, in the phase of Commercial Capitalism, although it was the economic policy practiced by the different modern national States consolidated in 16th Century Europe, did not have a technical-theoretical and methodological scope capable of giving a response close to the scientific one to this eras economic questions. It was the French illuminist physiocrat François Quesnay, in the mid-18th century, who outlined the first scientific foundations of what would become Economic Science, through the proposition of a model of economic growth for France, in 1758. In this article The objective of this article is to analyze the economic growth model proposed by Quesnay to France, in the middle of the so-called “century of lights”, highlighting the limiting factors to its application. This is a typically bibliographic research. The results showed that, although the Quesnaysian model was revolutionary in several aspects, above all, the methodological one, the internal historical conditions of France at the time, especially the political-administrative and economic ones, made it impossible to implement the proposed model. Likewise, when capitalism is analyzed at the international level, it is observed that the British industrial model, characterized by the First English Industrial Revolution of 1750, was already consolidated in the process of capital accumulation.

Keywords: France. Physiocracy. Quesnay. Economic growth. Model Limitation

JEL B11

¹ Resultados parciais do projeto de pesquisa “O tempo e o lugar da história na ciência econômica”.

² Professora Associada do Departamento de Economia da UEM – rlizepao@uem.br.

1 INTRODUÇÃO

François Quesnay (1694-1774) é considerado a principal liderança do pensamento fisiocrático. É mais conhecido pelo famoso *Tableau Économique*, cuja primeira versão foi publicada em 1758. No entanto, publicou vários outros escritos que, embora a maioria tratasse de questões econômicas ligadas à terra e à agricultura francesa, discutiu a importância do conhecimento científico como em “Evidência” e, em “Máximas de um Governo”, onde apontou como o Estado deve agir e onde, para ser considerado um bom governo.

Para intelectuais como Marx e Schumpeter apud Kuntz e Fernandes (1984), Quesnay pode ser considerado o fundador da economia moderna pelo seu trabalho em *Tableau Économique*, que serviu de embasamento para trabalhos tanto como o esquema de reprodução simples de Marx, quanto para a descrição sobre o funcionamento global da economia feita por Walrás, em sua obra “Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura”, publicada em 1874.

Além de Marx, Schumpeter e Walrás, economistas como Adam Smith e John M. Keynes, em tributo a Quesnay, reconheceram a importância da sua obra como sendo a que deu origem à análise sistemática do fluxo circular de riqueza, base macroeconômica, onde se descreve as atividades econômicas, considerando-se os grandes agregados. O modelo proposto por Quesnay evidenciou o fluxo circular de bens e dinheiro em uma economia agrária, livre e competitiva. (BRUE, 2005; FEIJÓ, 2007)

Ante o exposto, no presente artigo tem-se como objetivo analisar o modelo de crescimento econômico proposto por Quesnay, à França, em meados do chamado “século das luzes”, destacando os fatores limitantes à aplicação do mesmo. Metodologicamente trata-se de uma pesquisa tipicamente bibliográfica.

O artigo encontra-se estruturado em 4 seções, além das Considerações Finais. Na primeira tem-se esta Introdução, na segunda mostra-se o contexto de nascimento do Estado nacional francês absolutista e as políticas mercantilistas durante a fase comercial do capitalismo. Na terceira seção trata-se da organização do Estado francês e do mercantilismo retardatório, do final do século XVII, implantado na França Colbertista, enquanto na quarta seção caracteriza-se a fisiocracia, com ênfase em Quesnay e o modelo de crescimento proposto para o país, bem como os condicionantes internos e fatores externos que foram limitantes à implantação da proposta na França.

2 A EUROPA NO CONTEXTO DO CAPITALISMO COMERCIAL E A FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL FRANCÊS

2.1 OS ESTADOS NACIONAIS MODERNOS E O MERCANTILISMO

A origem do capitalismo está na desagregação do feudalismo na Europa Ocidental e Central, fruto do acirramento das contradições internas do próprio sistema. Estas contradições se tornaram mais significativas a partir do século XI com a Revolução Agrícola, a criação das universidades e, principalmente, com o advento das Cruzadas. As transformações desencadeadas por tais acontecimentos refletiram-se em mudanças econômicas, sociais, políticas, culturais e religiosas durante a Baixa Idade Média, séculos X ao XV, marcando o início da modernidade.³

O período que se estende do ano de 1453, data da “Tomada de Constantinopla pelos Turcos” até 1879 ano da Revolução Francesa ficou conhecido como Idade Moderna, séculos

³ Para melhor compreensão deste período indica-se a leitura de Huberman (1982), capítulos I ao XV.

XV ao XVIII. Trata-se do período conhecido como capitalismo comercial, quando o processo de acumulação de capital se dava na circulação de mercadorias. As transformações econômicas, sociais, culturais, religiosas e políticas do período são caracterizadas pelo desenvolvimento comercial ligado à expansão ultramarina; conquista de novos continentes; exploração colonial; crescente fortalecimento da burguesia, classe composta por comerciantes, donos de manufaturas e financistas; declínio das relações servis e aparecimento do trabalho assalariado; fortalecimento de uma nova mentalidade e reforço dos valores burgueses pelo Renascimento e a quebra efetiva da fé cristã da Igreja católica, em algumas partes da Europa. (DOBB, 1983)

Das transformações apontadas, ocorrências interligadas entre si, destacam-se as políticas com o estabelecimento dos Estados nacionais modernos, rompendo com o regionalismo e o universalismo característico do feudalismo. Os monarcas, alimentando-se das rivalidades entre as classes burguesa e nobreza passaram a concentrar todos os poderes em suas “mãos”. Assim, passaram a comandar exércitos, representar a justiça, decretar leis e a praticar políticas econômicas voltadas ao enriquecimento do Estado e da burguesia, sobretudo a comercial e financeira. Tem-se, então, o absolutismo monárquico e o mercantilismo, a política econômica do capitalismo nascente.

O termo mercantilismo é usado para caracterizar as doutrinas e práticas econômicas que vigoraram na Europa entre os séculos XV e XVIII, de diversas formas, em diferentes Estados nacionais. Entre os princípios defendidos pelo mercantilismo estavam: metalismo, balança comercial favorável, protecionismo, monopólios, intervencionismo estatal, colonialismo de exploração, defesa de uma população numerosa e laboriosa e o fim dos pedágios. A afirmação de Beaud expressa o período:

Monarcas ávidos de grandezas e de riquezas, Estados lutando pela supremacia, e banqueiros encorajados ao enriquecimento: são estas as forças que promoverão o comércio, as conquistas e as guerras, sistematizarão a pilhagem, organizarão o tráfico de escravos, prenderão vagabundos para obriga-los a trabalhar. (BEAUD, 2004:20)

Da mesma forma que os Estados nacionais modernos nasceram em circunstâncias históricas diferentes, as políticas mercantilistas também variaram de país para país. O português foi comercial e o espanhol acentuadamente bulionista, por exemplo. Quanto ao inglês e francês são controversos. As controvérsias prendem-se não somente às políticas mercantilistas como, também, ao absolutismo desenvolvido em cada uma destas nações. Para Hill (1991), o absolutismo inglês foi peculiar porque enquanto Estado nacional foi-se organizando a partir do século XII, respeitando as liberdades individuais e demais valores da burguesia, a partir da limitação dos direitos e deveres do monarca e dos seus vassallos vindos da alta nobreza, por meio de uma “Carta Magna”

No caso inglês o governo foi exercido desde o século XIII, juntamente com o parlamento composto pela Câmara dos Lordes, constituída de nobres leigos e eclesiásticos escolhidos pelo Rei e pela Câmara dos Comuns, de onde participavam indivíduos eleitos vindos da baixa nobreza. O que contribuiria para que, mais tarde, ocorresse na Inglaterra a primeira Revolução Burguesa, em 1688, a chamada Revolução Gloriosa. A partir desta revolução estabeleceu-se a monarquia parlamentarista e, adicionando-se as demais condições históricas como a existência de estoque de capital, mão de obra e recursos naturais levaram aquele país à comandar a segunda revolução burguesa, em 1750, a denominada I Revolução Industrial. A partir de então a Inglaterra se tornaria, em curto período de tempo, na potência hegemônica mundial, posição que ocuparia até o final da I Guerra Mundial, em 1918. (DOBB, 1983; HILL, 1991)

O caso da França se distingue do inglês, por questões político-sociais embora também fosse, à época, um país com tantas possibilidades econômicas e vantagens locacionais quanto a Inglaterra, conforme se verá a seguir.

2.2 O SURGIMENTO DO ESTADO NACIONAL FRANCÊS

O início da formação do Estado nacional francês se deu no século XIII, durante a chamada "Dinastia dos Capetos", quando o monarca passou a colocar em prática algumas medidas político-administrativas como a cobrança de impostos, a serem pagos diretamente à "Coroa Real", reduzir a intervenção do Papa na Igreja da França, atribuir para si a administração da justiça e a formar o exército. A Guerra dos Cem Anos (1337-1453), contribuiu para este aumento do poder do monarca, enquanto enfraquecia a nobreza feudal. Mais tarde criou o Conselho do Rei e passou a administrar o processo de reconstrução econômica e política da França. Luís XIV (1661-1715) tornou-se símbolo do absolutismo francês, sendo atribuída a ele a frase "*L'État c'est moi*", ou seja, o Estado sou eu. Seus sucessores, Luís XV (1715-1774 e Luís XVI (1774-1792) deram continuidade ao absolutismo francês. (HILL, 1991)

Foi no reinado de Luís XV que o pensamento fisiocrático surgiu e, com ele, o modelo de crescimento econômico elaborado por François Quesnay. O absolutismo e o mercantilismo francês foram tão fortes e ficaram tão impregnados nas entranhas político-administrativas da França que nem mesmo a Revolução Francesa, ocorrida em 1789, possibilitaria a colocação, na prática, as ideias liberais presentes no modelo quesnaysiano. Isto porque após a Revolução Francesa, Girondinos e Jacobinos se mantiveram em constantes e severos conflitos pelo poder. O apaziguamento viria somente, em 1799, com a ascensão de Napoleão Bonaparte ao poder.

3 O ESTADO FRANCÊS E O MERCANTILISMO RETARDADÁRIO NA FRANÇA COLBERTISTA

3.1 LUÍS XIV E A ORGANIZAÇÃO DO ESTADO FRANCÊS

Assim como mercantilismo se desenvolveu de diferentes formas, em diferentes Estados nacionais, a formação e a consolidação das monarquias absolutistas também. O que implica dizer que não se deve analisar a linguagem política desta forma de governo, unificando características. Cada Estado nacional ou monarquia possuía sua própria técnica administrativa, política e mentalidade. Para Rémond (1974), existiram vários "Antigos Regimes"⁴, o que não se permite a generalização. No entanto, segundo o autor, o absolutismo entendido como sinônimo de concentração de poder na pessoa do rei, definição mais utilizada nos escritos histórico-econômicos, coloca a França monárquica como o modelo mais característico desta forma de governar, e, Luís XIV para quem o Estado era ele próprio, expressão máxima do absolutismo.

No Estado francês, governado por Luís XIV, época que antecedeu o surgimento do pensamento fisiocrático liderado por François Quesnay, existia o Conselho do Reino, composto por apenas 06 conselheiros, o chanceler, o diretor das finanças, e os secretários de Estado – da Guerra, da Marinha, da Casa Real e dos Assuntos Estrangeiros. Nas províncias ficavam os intendentess ligados diretamente ao Rei respondendo pela justiça, finanças, polícia e fiscalização dos cargos públicos e da arrecadação tributária. (DOBB, 1983; HILL, 1991)

A troca de favores era uma constante. Na burguesia, Luís XIV recrutava os ministros como Colbert e, para agradar a nobreza oferecia-lhes festas, pensões e luxo na corte. Em 1685 aboliu o Editto de Nantes que dava liberdade religiosa no território, o que ocasionou a fuga de

⁴ *Ancien Régime* ou Antigo Regime são expressões usadas pelos participantes da Revolução Francesa, de 1789, para fazer uma referência crítica ao Absolutismo monárquico.

capitais da França para fora do país, levados pelos protestantes. No plano externo, a França se envolveu em muitas guerras, com objetivos expansionistas que visavam tornar a França uma nação grande e poderosa. No entanto, o efeito foi inverso dando maior espaço de crescimento à Inglaterra que, na época, já despontava como potência hegemônica, em substituição à Holanda⁵. (BEAUD, 2004; ARRIGHI, 1996)

3.2 JEAN BAPTISTE COLBERT (1619-1683) – O CORAÇÃO E A ALMA DO MERCANTILISMO FRANCÊS

O mercantilismo na França é conhecido como Colbertismo pelo fato do Ministro da fazenda Jean Baptiste Colbert, no reinado de Luís XIV, ter levado as políticas mercantilistas a pontos extremados, tais como: a regulamentação do comércio com teores feudais, o desprezo que tinha aos comerciantes e a oferta de monopólios e subsídios para novas manufaturas. Pesava, ainda, o uso indiscriminado de recursos do Estado para agradar pessoas favoritas da corte. Colbert era bulionista, a favor da balança comercial favorável, arquinacionalista, militarista, colonialista e defensor do pacto colonial. (BRUE, 2005)

Para o Ministro Colbert uma nação só poderia tornar-se rica e poderosa à custa de outra. Tentou, sem sucesso, abolir os pedágios, impostos locais e barreiras alfandegárias internas. Era favorável ao aumento da população e à má remuneração dos trabalhadores. Chegou a restabelecer o trabalho compulsório para a execução de obras públicas como recuperação de estradas e construção de portos e estradas. Defendia o trabalho infantil, chegando a editar leis obrigando os pais de crianças a partir dos seis anos de idade a enviar seus filhos à indústria de rendas, sob pena de pagamento de multa no valor de 30 *Sous* por filho, em caso de desobediência. (BRUE, 2005)

O comércio de grãos, por séculos, foi submetido pelo governo francês às excessivas regulamentações. O que foi alvo de críticas no modelo quesnaysiano de crescimento econômico porque isto impactava, negativamente, nos preços reduzindo, assim, os recursos para os arrendatários/fazendeiros investirem em tecnologias direcionadas ao aumento da produção agrícola, foco central do modelo em questão. A minuciosa regulamentação, pelo governo, da produção manufatureira, tendo como centro os artigos de luxo, também retardou o desenvolvimento da indústria francesa. Quanto aos impostos, enquanto a população camponesa era submetida a pesados tributos, a nobreza e o clero eram isentos. (BEAUD, 2004)

Somente após a Revolução Francesa de 1789, os direitos feudais foram abolidos como a venda de cargos, a desigualdade de impostos e a falta de regulamentação de pesos e medidas, ações importantes para colocar a França, nos caminhos do que viria a ser a II Revolução Industrial, no século XIX.

Nota-se, portanto, que a aplicação das políticas mercantilistas, no seu modo mais exacerbado, na França, durante a gestão do Ministro da fazenda Colbert no final do século XVII, evidencia que a França se encontrava retardatária, em relação aos demais Estados nacionais, cujas implantações de políticas mercantilistas foram anteriores. Em alguns casos, ainda na Baixa Idade Média à exemplo de Portugal e da Espanha. No século XVIII, a Inglaterra que se tornaria potência econômica hegemônica até 1918, já caminhava a passos largos para o liberalismo político e econômico, o que se materializaria com a chamada Revolução Gloriosa de 1688, quando se implantou a Monarquia Parlamentarista.

⁵ A partir de meados do século XVII a Holanda despontou-se como potência econômica, comercial e manufatureira, dada as suas Companhias das Índias, o banco de Amsterdã e a grandeza da frota para navegação. Mas no final do mesmo século já perdia posição para a Inglaterra. Ver Beaud (2004).

4 A FISIOCRACIA E O MODELO QUESNAYSIANO AGRÁRIO DE CRESCIMENTO ECONÔMICO PARA A FRANÇA DO SÉCULO XVIII

4.1 A FISIOCRACIA E SEUS EXPOENTES

O termo fisiocracia designa “regra da natureza”, advindo da ideia de ordem natural, das leis da física, muito em voga no século XVIII e segundo a qual, assim como os astros no universo, a sociedade também é governada pelas leis da natureza. De modo que os governos não devem intervir na economia, exceto naquilo que é essencial para proteger a vida e a propriedade. É de onde vem a expressão cunhada por Gournot “*Laissez-faire, laissez-passer*”, ou seja, deixai fazer, deixai passar, porque o mundo caminha por si mesmo. Uma ideia que se contrapõe, fortemente, aos princípios defendidos pelos mercantilistas que são, como já mostrado anteriormente, altamente intervencionistas.

Defensores da fisiocracia como Quesnay viam na agricultura e, secundariamente, na mineração e na pesca, únicas fontes geradoras de riqueza para as nações e, portanto, produtivas. A agricultura seria a principal porque, no modelo quesnaysiano, o setor agrícola seria o único capaz de produzir excedente, caracterizado por um produto líquido acima do valor investido na produção. Logo, a riqueza de uma nação viria da terra, assim quanto mais férteis estas terras, melhor para os arrendatários/fazendeiros, consequentemente, para o país.

As demais atividades econômicas, tais como o comércio e a manufatura seriam estéreis. Nobreza, clero, funcionários públicos e proprietários de terras seriam improdutivos porque recebem rendimentos advindos de aluguéis da terra, dízimos e impostos. Assim, se quem fazia a terra produzir eram os fazendeiros/arrendatários, os fisiocratas defendiam a taxação do proprietário de terras já que viviam da renda, ou seja, dos rendimentos da terra sem nada produzirem. Como já mencionado anteriormente, na França, durante séculos, nobreza e clero não pagavam impostos. Na época em que os fisiocratas viveram também não.

Em geral data-se o aparecimento do pensamento fisiocrático, em 1756, quando Quesnay publicou um artigo na Grande Enciclopédia, intitulado “Arrendatários”⁶. Mas sua primeira publicação foi “Evidência”⁷, em janeiro do mesmo ano, ou seja, 1756, na mesma Enciclopédia. Em “Evidência” Quesnay apresentou uma análise filosófica a respeito do conhecimento, suas concepções e limites. A “Escola” terminou em 1776, com a publicação de “A Riqueza da Nações” por Adam Smith, que daria origem à Escola Clássica de Economia.

Assim como no pensamento mercantilista, as ideias defendidas pelos fisiocratas não eram uniformes. Enquanto Quesnay foi árduo defensor de um capitalismo agrário na França, Vincent de Gournay (1712-1759), diferente dos demais fisiocratas defendia a indústria como fonte de riqueza de uma nação. Já Anne Robert Turgot (1727 – 1781), como Ministro das Finanças, em 1774, colocou em prática algumas políticas fisiocráticas na França, mas foi demitido mais tarde, porque contrariava os interesses dos proprietários de terras e do Estado Absolutista (FEIJÓ, 2007). Assim, entende-se que a defesa do liberalismo revela, em si, uma das contradições presentes no pensamento fisiocrático ao mesmo tempo em que representa empecilho à sua implantação em uma França exacerbadamente absolutista e atrasada política, econômica e socialmente, quando comparada ao Estado nacional inglês, que já despontava como um novo modelo de crescimento, à época, pautado na industrialização do tipo clássica.

⁶ O artigo “Arrendatários”, traduzido para o português, encontra-se em Kuntz; Fernandes (1994: 72-104). Trata-se de um texto, cuja leitura é extremamente útil para o entendimento do *Tableau Économique*.

⁷ O artigo “Evidência”, traduzido para o português, é encontrado em Kuntz; Fernandes (1994: 42 – 71).

4.2 FRANÇOIS QUESNAY (1694-1774) E O MODELO AGRÁRIO VOLTADO PARA O CRESCIMENTO ECONÔMICO FRANCÊS

Filho de proprietários de terras, Quesnay fez fortuna como médico na corte de Luís XV. Conheceu o também fisiocrata Vincent Gournay, em 1750, passando a se interessar pelo estudo de economia, já com 60 anos. Defensor da ideia de ordem natural, Quesnay, via a sociedade como um organismo físico e, portanto, a circulação de riqueza e bens funcionaria como a circulação do sangue no corpo. Assim, qualquer intervenção do Estado na economia romperia com a harmonia de interesses. Da mesma forma, as leis feitas pelos homens deveriam estar em harmonia com as leis naturais. O primeiro artigo escrito e publicado por Quesnay intitulado “Evidência” não tratou de economia, mas sobre a produção do conhecimento, onde o autor disserta a respeito de duas espécies de certeza: a fé, que não pode ser explicada pela razão e a evidência que, por estar circunscrita aos conhecimentos naturais, pode-se dar credibilidade. Quesnay enfatiza, assim, a necessidade de se buscar a certeza, a partir da razão. (QUESNAY apud Kuntz; Fernandes, 1994)

No mesmo ano escreveu “Arrendatários”, onde analisou a dualidade no desenvolvimento agrícola francês, destacando de um lado a grande propriedade, área rica explorada por arrendatários/fazendeiros capitalizados em que se tem o predomínio do emprego de cavalos e das melhores técnicas de cultivo. Ou seja, são áreas produtivas intensivas em capital. Do outro, que compreenderia a maior parte do território francês, tem-se a pequena propriedade, pobre e explorada por meeiros, utilizando formas primitivas de trabalho e reduzido capital. A solução apresentada por Quesnay seria que o governo francês incentivasse a multiplicação de agricultores ricos, por meio de políticas econômicas promovidas pelo Estado, para atender os interesses dos produtores rurais e, conseqüentemente, os do Estado e da sociedade. Portanto, a defesa de Quesnay é do desenvolvimento na França de um capitalismo agrário.

Os arrendatários, segundo Quesnay eram aqueles que alugavam a terra, fazendo-as produzir e gerando riqueza e recursos essenciais para o Estado. Então, o Governo deveria lhes dar muita atenção. Segundo Quesnay, apud Kuntz e Fernandes (1984:100):

Podemos afirmar que são as riquezas dos arrendatários que fertilizam as terras, que multiplicam os animais, que conduzem e fixam os habitantes dos campos, que constroem a força e a prosperidade da nação. As manufaturas e o comércio mantidos pelas desordens do luxo juntam os homens e acumulam riquezas nas grandes cidades, opõem-se à melhoria dos bens, devastam os campos, insuflam o desprezo à agricultura, aumentam excessivamente as despesas de particulares, prejudicam o sustento das famílias, opõem-se à propagação dos homes e enfraquecem o Estado.

Observa-se que em “Arrendatários” encontram-se os dados qualitativos e quantitativos levantados por Quesnay e suas interpretações que dariam origem à elaboração do seu famoso *Tableau Économique* ou simplesmente “Quadro Econômico”, publicado pela primeira vez em 1758⁸. No mesmo artigo, Quesnay faz uma análise comparativa entre a produtividade agrícola da França, com a da Inglaterra apontando esta última como superior tecnicamente e intensiva em capital. Em “Cereais”, artigo publicado em 1757, Quesnay reafirma a ideia de que a agricultura é a fonte primária de riqueza, observação já feita em “Arrendatários”. No mesmo ano, isto é, 1758, publicou “Homens”⁹ onde apresentou importantes reflexões sobre o valor de uso e o valor de troca e, portanto, preços. O preço seria o valor venal das riquezas comerciáveis, o que é diferente do valor de uso. Até porque, segundo o autor, o diamante é menos útil que os

⁸ O Quadro Econômico teve outras versões até 1766.

⁹ O artigo “” traduzido para o português encontra-se em Kuntz; Fernandes (1994: 105 – 111).

alimentos e seu valor venal é superior ao dos alimentos, dada a sua escassez. Quesnay mostra que o excesso de regulamentações sobre o comércio de cereais, prática secular na França, representava empecilho à geração de excedente para serem reinvestidos na produção agrícola, dada às inconstâncias nos preços.

Em 1758, Quesnay publicou o mundialmente conhecido *Tableau Economique*¹⁰, onde tentou aplicar o método que atualmente é chamado de análise de equilíbrio. Na obra esquematizou como se dava a produção e a circulação de riqueza, entre as classes sociais – fazendeiros/arrendatários que seriam a classe produtiva; classe improdutiva – nobreza proprietária de terras, clero, funcionários públicos e Estado que recebem renda advinda de aluguéis, dízimos e impostos e a classe estéril ligada à manufatura e o comércio. Nesta publicação Quesnay apud Kuntz e Fernandes (1994:14) aponta que:

É a agricultura que fornece a matéria para a manufatura e para o comércio e paga uma e outro, mas estes dois ramos restituem seus ganhos à agricultura, que renova as riquezas despendidas consumidas cada ano. Com efeito, sem os produtos de novas terras, sem rendimentos e as despesas dos proprietários e dos cultivadores, de onde nasceriam o lucro do comércio e o salário da mão de obra?

Então, somente a agricultura pode gerar excedente, porque produz mais do que gasta, segundo Quesnay e, portanto, deve obter a atenção do Governo. Uma parcela da produção agrícola é transferida na forma de renda aos proprietários de terras – nobres, senhores de terras, clero e monarca, por meio de aluguéis, dízimos e impostos. Logo, é a agricultura, o princípio de toda riqueza e despesa. A dimensão da produção desta riqueza depende da fertilidade da terra. Como Quesnay já havia mostrado em “Arrendatários”, o solo francês era explorado mais extensivamente, do que intensivamente tornado a sua produção e produtividade muito abaixo do que teria potencial, caso houvesse investimentos em recursos técnicos, para se obter o máximo da terra. Assim, no modelo quesnaysiano de crescimento econômico o governo/Estado deve auxiliar na melhoria da produção e da produtividade da terra, por meio de políticas públicas governamentais voltadas ao investimento na base técnica e, da mesma forma, reduzir regulamentações sobre os cereais, que produzem inconstâncias nos preços.

Nota-se, portanto, que no modelo quesnaysiano de crescimento econômico para a França passava por fatores político-institucionais e técnicos, além da cooperação entre os homens. E não caberia políticas de inspiração mercantilista colbertiana. O governo/Estado deve tomar cuidado para não desenvolver regulamentações que sejam prejudiciais ao equilíbrio dos preços, segundo o autor. Para Quesnay, diferente do caso holandês e do inglês, na França, os preços dos cereais sofriam com os desregramentos dos preços, ocasionados pela proibição do comércio de importação e exportação do produto com o estrangeiro. O que refletia também nas condições de produção. Isto porque os preços além de determinarem os rendimentos nominais, determinavam também os investimentos na agricultura e, da mesma forma, o montante físico que seria transferido para outros setores da economia.

Então, para Quesnay, a classe produtiva é o arrendatário/fazendeiro porque gera a riqueza da nação por meio do cultivo da terra, paga os salários dos trabalhadores, as despesas de produção e os rendimentos, impostos e dízimos às demais classes. Sendo assim, seria função do governo criar condições para o desenvolvimento do comércio e garantir a livre concorrência. A regulação desta atividade só poderá vir dos próprios compradores e vendedores e não do Estado/governo. Os comerciantes seriam os melhores juízes para atender o interesse público, segundo Quesnay.

¹⁰ O “Quadro Econômico” encontra-se traduzido para o português em Kuntz e Fernandes (1994: 112-148).

Em uma sucinta explicação pode-se dizer que em *Tableau Économique*, Quesnay mostra como se dá a distribuição da riqueza gerada pelo excedente agrícola, entre as três classes já mencionadas, visando comprovar que a agricultura é a fonte primária de riqueza e, portanto, o setor deveria ser objeto prioritário das políticas do governo francês, na missão de tornar aquele país grande e poderoso.

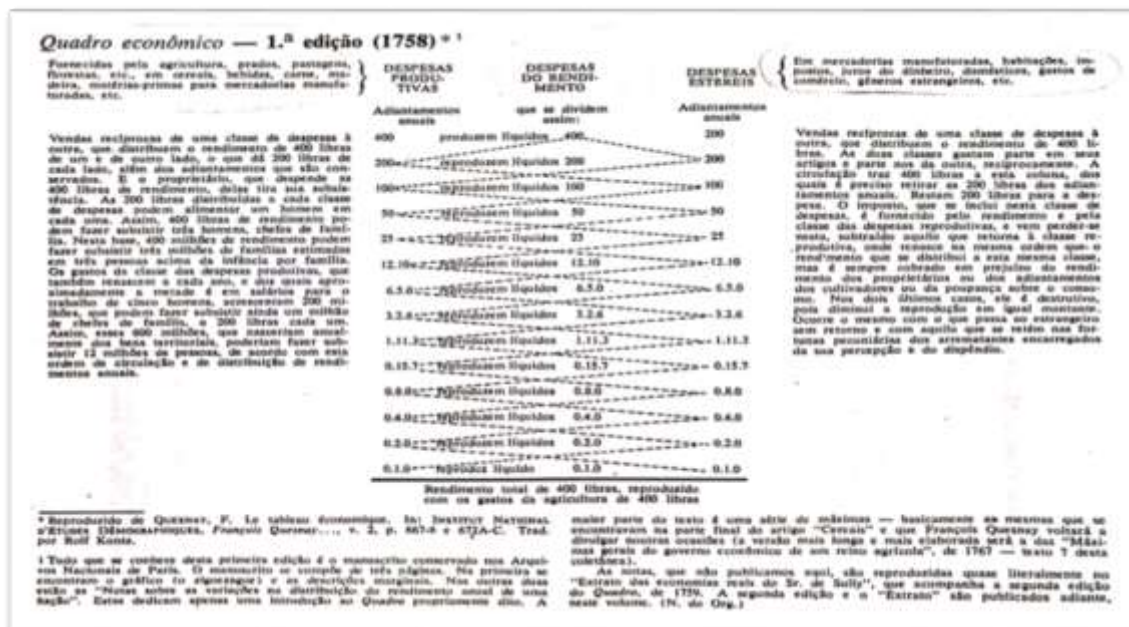


Figura 01: Quadro Econômico – Primeira Edição – 1758

Fonte: Kuntz; Fernandes (1994:113)

No *Tableau*, Quesnay traça um esquema de receitas e despesas distribuídas entre as classes produtiva, improdutiva e estéril, a cada ano, evidenciando a clara interligação entre os fluxos monetário e real, de forma circular. Por exemplo: a classe estéril composta de fabricantes e mercadores obtém receita – fluxo monetário em troca de bens vendidos à classe improdutiva – fluxo real. Assim, fluxo monetário e fluxo real movem-se em sentido contrário.

Em setembro de 1765 Quesnay publicou “Direito Natural”¹¹ onde procurou esclarecer o seu entendimento a respeito do seria o chamado direito natural dos homens, a extensão deste direito natural e as leis dos homens considerando-se as desigualdades em sociedade. Conclui que as leis feitas pelos homens devem estar em harmonia com as leis da natureza. Portanto, justifica sua defesa à ideia de ordem natural e liberalismo.

No ano seguinte, em janeiro de 1766, Quesnay publicou “Resposta à memória do Sr H. sobre as vantagens da indústria e do comércio e sobre a fecundidade da pretensa classe estéril, etc”¹², onde reafirma o setor agrícola como único gerador de excedente e riqueza. Mais tarde, em 1767, publicou “Máximas Gerais do Governo Econômico em um Reino Agrícola”.¹³ Neste artigo, Quesnay reafirma suas conclusões a respeito das ideias defendidas nos artigos antecessores a este. Para Quesnay apud Kuntz; Fernandes (1994: 166):

Que o soberano e a nação jamais percam de vista que a terra é a única fonte de riquezas e que a agricultura é que as multiplica, pois, (...); os homens e as riquezas fazem a

¹¹ O artigo traduzido para o português encontra-se em Kuntz; Fernandes (1994: 149-161)

¹² A tradução do artigo encontra-se publicada em Kuntz; Fernandes (1994: 162 -165)

¹³ O artigo traduzido para o português encontra-se em kuntz; Fernandes (1994: 166-173).

agricultura prosperar, ampliam o comércio, animam a indústria, aumentam e perpetuam as riquezas. Desta fonte abundante depende o sucesso de todas as partes da administração do reino.

No artigo Quesnay aponta que um governo perfeito se baseia nas leis gerais da ordem natural; que o monarca não deve se esquecer de que é a terra é a única fonte de riqueza e que a agricultura é quem multiplica esta riqueza; que o direito à propriedade deve ser assegurado porque é o fundamento da economia e da sociedade; que o governo deve se ocupar em favorecer as atividades produtivas, portanto a agricultura e deixar as demais por si mesmas; que a nação não deve gastar dinheiro com outras atividades em detrimento a agrícola; que evite a saída do reino de pessoas que possam levar dinheiro para fora do país; que se tenham políticas públicas voltadas à manutenção dos filhos dos arrendatários no campo para não mudarem-se para as cidades e levarem para lá as riquezas paternas; que favoreça a multiplicação de animais para fornecimento de adubos à terra; que as terras sejam reunidas em grandes propriedades e que sejam exploradas por ricos produtores; que não se impeça de forma alguma a venda para o exterior de produtos agrícolas; que se invista em reparação de caminhos, construção de canais de rios e do mar, para facilitar o transporte e o escoamento de produtos para reduzir custos de transportes; que não barateie os preços dos gêneros agrícolas achando que isto beneficiaria a população pobre, abundância com preços alto é riqueza; que não se gaste recursos com luxo; que se entenda que a livre concorrência é o caminho mais seguro e vantajoso para a nação, assim, o Estado deve garantir esta liberdade; que os rendimentos devem ser maiores que a expansão populacional e, por fim, que o Estado evite efetuar empréstimos e se preocupe mais com medidas para aumentar a riqueza do Reino.

Eis o modelo de crescimento para Quesnay, e que foi expresso além do *Tableau Économique*.

4.3 LIMITES PARA A IMPLANTAÇÃO DO MODELO QUESNASIANO

4.3.1 Condicionantes internos

O modelo e crescimento econômico quesnaysiano para a França, do chamado “século das luzes” apresentava limites ocasionados por fatores internos e externos. Os fatores limitantes internos estão relacionados aos problemas estruturais ligados à organização política-administrativa do governo francês, excessivamente absolutista e suas práticas mercantilistas exacerbadas, conforme já mostrado.

No campo econômico, embora a França no século XVIII contasse com uma crescente população, 18 milhões, em 1700 e 25 milhões, em 1790, menor apenas que a da Rússia, 20 milhões de habitantes viviam nas áreas rurais, em condições de pobreza em razão dos baixos investimentos na produção, por carência de recursos financeiros. Desta população de 20 milhões, estima-se que existiam em torno de 4 milhões ainda vivendo em condições de servidão. Outra parcela vivia como trabalhadores livres e semilivres porque a estimativa é de que apenas 350 mil pessoas pertencessem à nobreza e 120 mil ao clero. A indústria era incipiente mesmo nos grandes centros urbanos como Paris, retardada pelas políticas mercantilistas retardatárias utilizadas pelo Estado, secularmente. Acrescenta-se, ainda, o fato da França sofrer a concorrência com os produtos industrializados ingleses. (SAES e SAES, 2013; ARRUDA, 1980, KEMP, 1987)

No plano social, em razão da pobreza e das desigualdades, as convulsões sociais eram constantes. No campo a miséria era maior que na cidade. Os trabalhadores eram submetidos a uma série de obrigações diante do Estado, nobreza e do clero. A maioria vivia em condições de subsistência e não poderia auxiliar na dinamização do mercado interno francês. No campo econômico-social, ainda permanecia na França do século XVIII fortes regulamentações de cunho feudal tanto nas relações de trabalho, quanto de produção. Guildas seculares, por meio de regulamentações excessivas prejudicavam o desenvolvimento da indústria e do comércio. A grande seca de 1788 reduziu a produção agrícola aumentando a fome, a miséria e as doenças.

A corrupção era generalizada no campo político e, para completar, a França perdeu 2 bilhões de libras no apoio à independência dos Estados Unidos. A situação do tesouro nacional que já era ruim, piorou. Eventos que mais tarde culminariam na Revolução Francesa. (DOBB, 1983; BEAUD, 2004; ARRUDA, 1980. ARRIGHI, 1996))

Em suma, a França até o final do século XVIII era uma economia onde o capital agrário mercantil predominava. O capital manufatureiro se encontrava em estágio rudimentar, se comparado ao inglês.

4.3.2 Fatores externos

A França em termos de vantagens locais possuía no século XVIII abundância de terras, mão de obra e recursos naturais como o carvão mineral, que poderia ser utilizado como fonte energética para a ampliação da indústria, como foi feito no caso inglês. A principal questão era a carência de capital e as político-administrativas emanadas do Estado, que emperravam o crescimento econômico do país, além de contribuir para o aprofundamento dos problemas estruturais da nação.

O modelo de crescimento econômico proposto por Quesnay é baseado nas vantagens locais, focando na quantidade de terras disponíveis para exploração econômica capitalista. Ocorre que, no plano internacional, o modelo não estava completo porque evidentemente, no caso inglês, a implantação do modelo de exploração capitalista no campo liberou mão de obra barata para a indústria e, da mesma forma, aumentou a oferta de matérias-primas para a mesma, como a lã, por exemplo. No entanto, o modelo britânico era mais completo e complexo, sendo resultado das revoluções burguesas, 1688 e 1750 e da consequente adoção de novas formas de gestão do Estado; das relações de trabalho e, sobretudo da produção em larga escala, com destaque para a industrial. Entende-se, portanto, que as bases deste modelo inglês foram sendo construídas ao longo do tempo de modo que, no século XVIII, as estratégias e as estruturas que molduravam o seu processo de acumulação de capital já se encontravam consolidadas ou em fase de consolidação, possibilitando que o poderio inglês, gradativamente, se expandisse em escala mundial.

A França, nas situações já apontadas anteriormente, não teria chance de fazer concorrência com a Grã-Bretanha, no século XVIII. Tanto é que, em meados do século XVIII, a concorrente da Inglaterra era a Holanda. E foi contra a Holanda que a Inglaterra emvidou esforços para suplantá-la. Como afirma Beaud (2004), na Inglaterra, a burguesia do século XVIII está associada aos negócios do Estado com liberdade econômica para comercializar, produzir, pagar a mão de obra aos menores salários, se defender das revoltas operárias. Na França, ao contrário, a burguesia continuava afastada dos negócios do Estado e sem liberdade política e econômica, embora as ideias estivessem ali presentes nos defensores das ideias iluministas. (ARRIGHI, 1996; BEAUD, 2004)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do ponto de vista histórico, Quesnay foi um homem do seu tempo. O médico de sucesso na corte francesa iniciou seus escritos relativos à economia da França, aos 60 anos de idade. Nunca viu suas propostas de política econômica serem implantadas na França, mas, era um intelectual que acreditava na ciência e no valor do conhecimento.

Para entender o modelo de crescimento econômico proposto por Quesnay, à França do século XVIII, objeto do estudo, foi necessário o abandono do anacronismo. Isto implica dizer que, a análise dos seus escritos demandou a sua localização no contexto dos problemas,

interesses e motivações intelectuais da França daquele tempo, particularmente em relação à sua economia de base agrícola e o comportamento político-administrativo do Estado nacional francês absolutista e profundamente mercantilista. A ideia foi tentar não cometer o equívoco de criticar o tempo histórico, a partir dos fundamentos e valores do tempo presente.

Na perspectiva contemporânea, podemos apontar vários equívocos cometidos pelo pensamento fisiocrático, defendido por Quesnay. Para exemplificar, destacam-se dois: a ênfase na agricultura como única atividade produtiva e geradora de renda, colocando a manufatura e o comércio como estéréis e a não contemplação da acumulação de capital, dado que o modelo quesnaysiano é de uma economia estacionária. O importante é destacar que isto não retira de Quesnay o mérito de ter contribuído, decisivamente, para emancipação do pensamento econômico, da filosofia moral e da política predominante na época, excessivamente mercantilista no caso francês. Diria até que é mais do que isto! O pensamento quesnaysiano estimulou a Economia a trilhar caminhos que a levasse à construção de um arcabouço teórico próprio.

No *Tableau Economique*, Quesnay apresentou a análise de uma economia agrária, real e concreta. Por meio do *Tableau*, Quesnay deu uma resposta ao atraso econômico francês, propondo o investimento, do Estado francês, na agricultura como fonte de prosperidade, crescimento e desenvolvimento da economia francesa de meados do século XVIII, além da defesa do liberalismo econômico, em especial, para os produtos agrícolas. No caso agrícola, o exemplo veio da Inglaterra, onde a liberdade de comércio dos cereais auxiliou a prosperidade da agropecuária. Quesnay explorou esta questão, em “Arrendatários”. Para Quesnay, a terra era a grande riqueza da França, mas, apesar de muito generosa, necessitava de grandes investimentos em recursos técnicos. E chamou o governo/Estado à responsabilidade! O problema é que, como sabemos, em um governo absolutista, a cabeça de pessoas pensantes e críticas vale pouco ou quase nada! O que restava, então, era a defesa de um governo do tipo “Desposta Esclarecido”.

Assim, enquanto no período mercantilista, a Economia, sem um corpo teórico, se reduzia à prática de políticas econômicas por parte de determinados Estados Nacionais que, em formação, vislumbravam a sua consolidação a qualquer preço, a Fisiocracia liderada por Quesnay, traçava os seus primeiros fundamentos científicos. A partir do *Tableau Economique*, elaborado com base nas ciências naturais, Quesnay despontou como um respeitado estudioso da economia, se constituindo no primeiro a evidenciar a produção de uma economia agrícola, no seu caso a francesa e a circulação da riqueza entre as classes sociais, como relações interdependentes.

E o fez por meio de instrumentos de investigação e análise coerentes com os meios que se dispunha na época. No *Tableau*, Quesnay soube muito articular a sua análise econômica à pilares iluministas como a defesa ao liberalismo, sendo homem da corte de Luís XV. Quesnay analisou o funcionamento da economia relacionando-o ao do organismo humano, regido pela ordem natural. Assim, para o autor, as leis que governavam a geração do produto líquido e a distribuição da riqueza entre as classes sociais, traduziam as leis naturais. Em *Tableau Économique*, Quesnay resumiu suas ideias, já descritas em artigos publicados anteriormente a exemplo de Arrendatários e Homens, elaborando um modelo de crescimento econômico para a França, de meados do século XVIII, desenvolvido com base no que atualmente chamamos de vantagens locacionais, que no caso francês, à época, era a agricultura. Estava defasado quando se compara ao modelo inglês de acumulação capital, como mostrado no estudo, quando se olha para o plano do capitalismo internacional.

A grande questão é que a França daquela época, internamente, vivia momentos extremamente difíceis. Além dos vários movimentos de contestações, por motivos diversos, os franceses questionavam, também, a monarquia absolutista, esbanjadora e seus desmandos; queixavam-se dos privilégios da nobreza e lutavam por liberdade, igualdade e justiça. Eram

movimentos que envolviam toda a população desde os camponeses, artesãos e comerciantes até a alta burguesia, esta última ávida pelo poder político, pois já possuía o econômico. Estes acontecimentos culminaram na Revolução Francesa, em 1789 e, mais tarde, nas guerras napoleônicas. Mas, isto já é outra história!!

6 REFERÊNCIAS

ARRIGHI, G. **O longo século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Unesp, 1996.

ARRUDA, J. J. **História moderna e contemporânea**. 12 ed. São Paulo: Ática, 1980.

BRUE, S. L. **História do pensamento econômico**. 6 ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

BEAUD, M. **História do capitalismo**: de 1500 aos nossos dias. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DOBB, M. **A evolução do capitalismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1983

FEIJÓ, R. **História do pensamento econômico**: de Lao Zi a Robert Lucas. São Paulo: Atlas, 2007.

HILL, C. **O mundo de ponta-cabeça**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem**. 18.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

KEMP, T. **A Revolução Industrial na Europa do século XIX**. Lisboa: Edições 70, 1987.

KUNTZ, R; FERNANDES, F. **Quesnay**. São Paulo: Ática, 1984).

RÉMOND, R. **O antigo regime e a revolução**. São Paulo: Cultrix, 1974.

**PLANOS ESTADUAIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES: UMA
ANÁLISE DO CASO PARANAENSE (2014 A 2025)**Carolina Sanches Celeste¹Rosalina Lima Izepão²**ÁREA 01: HISTÓRIA ECONÔMICA, ECONOMIA POLÍTICA E METODOLOGIA****RESUMO**

A pauta das mulheres se faz cada vez mais essencial. E o Estado, neste processo, tem importantes funções a desempenhar. Neste sentido, no presente artigo tem-se como objetivo levantar e analisar as políticas públicas para as mulheres do Estado do Paraná propostas nos três planos estaduais referentes aos períodos (2014-2016), (2018-2021) e (2022-2025). Metodologicamente tratou-se de uma pesquisa tipicamente bibliográfico documental, onde foram buscadas as prospecções por meio de fontes primárias e secundárias. Como resultados observou-se a evolução tanto na elaboração técnica de um plano para outro até a existência da inclusão de novas demandas e sujeitos de direitos. Um dos problemas observados durante a pesquisa foi a carência de informações sobre as políticas propostas que foram executadas. É urgente que se tenha estes dados disponibilizados, de forma transparente e acessível a todos.

Palavras-Chave: Planos. Políticas Públicas. Mulheres. Estado do Paraná.

ABSTRACT

The women's agenda is becoming increasingly essential. And the state has an important role to play in this process. The aim of this article is to survey and analyze the public policies for women in the state of Paraná, proposed in the three state plans for the periods (2014-2016), (2018-2021) and (2022-2025). Methodologically, this was typically a bibliographic-documentary study, in which we looked for insights through primary and secondary sources. The results showed the evolution of the technical elaboration from one plan to another and the inclusion of new demands and subjects of rights. One of the problems observed during the research was the lack of information on the proposed policies that have been implemented. There is an urgent need for this data to be made available, transparent and accessible to all.

Keywords: Plans. Public policies. Women. State of Paraná.

JEL: B54; J1

¹Pós-Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Maringá. E-mail: carolina.celeste@gmail.com.

²Professora Associada do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: rlizepao@uem.br

1 INTRODUÇÃO

Desde o momento de seu nascimento, a mulher é inserida em uma difícil caminhada. O que pode ser observado no seu cotidiano. Na infância, quando é orientada a não praticar esportes, pois estes seriam “masculinizados”. Na adolescência quando precisa, precocemente, aprender sobre o assédio moral e físico. Na vida adulta quando sente, na pele, o que é não ser tratada da mesma forma que um homem no trânsito, no mercado de trabalho ou no transporte público. E, na velhice, quando sente os reflexos das dificuldades enfrentadas durante a vida e dos preconceitos em relação aos efeitos do tempo no seu corpo.

Em várias partes do mundo as mulheres ainda são colocadas em uma estrutura de inferioridade, não tendo acesso à direitos elementares, o que as coloca em um espaço de lutas constantes para esta conquista. No Brasil, é importante analisar o feminismo sob a perspectiva decolonial³, levando em consideração a realidade das mulheres latino-americanas e suas demandas, sem ignorar os imaginários históricos a partir de heroínas tradicionalmente ignoradas pelas narrativas oficiais. A América Latina faz parte do sul global, onde as desigualdades se manifestam de maneira vigorosa, por isso a necessidade de enquadrar teorias a partir da luta pela justiça social. (MANEGON, 2016, apud NAZARENO; FARAH; COLLATUSSO; PADILHA, 2022).

Em relação ao trabalho doméstico, por exemplo, este foi transformado em um atributo natural da mulher, em vez de ser reconhecido como função que deve ser remunerada. Friedan, em 1971, denunciou a imposição à mulher, pela sociedade, a tarefa de cuidadora dos afazeres domésticos como “mística feminina”, sendo empregada apenas para aprisionar a mulher e ensiná-la a dissociar interesses como carreira, cultura e política dos atributos femininos, sendo esses espaços naturalmente masculinos. (FRIEDAN, 1971 apud NAZARENO; FARAH; COLLATUSSO; PADILHA, 2022)

Nas últimas décadas, sobretudo a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, a sociedade brasileira vem passando por importantes transformações em seus mais variados aspectos. As mulheres têm conquistado espaços e vem sendo importante a sua participação em todas as esferas da sociedade, fruto de suas crescentes lutas e reivindicações. Mas ainda há um longo caminho a percorrer quando se trata de ganhos ligados igualdade e liberdade. As demandas ligadas universaliza o e ao reconhecimento das diferenças ainda necessitam ser abraçadas não somente pela sociedade, mas, igualmente, pelo Estado.

No âmbito nacional a criação, em 1985, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher é um exemplo de política de Estado bem sucedida e, da mesma forma, as conferências nacionais e estaduais que resultaram, em 2003, na criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). Desde então, já foram elaborados três planos nacionais voltados diretamente à mulher brasileira. A partir dos planos nacionais, alguns estados e municípios brasileiros foram, gradativamente, elaborando seus planos de políticas públicas para mulheres com base nas exigências locais, mas tendo como parâmetro para articulação os pressupostos e objetivos previstos nos planos elaborados pelo governo federal, por meio da Secretaria de Políticas para Mulheres. Este é o caso do Paraná, onde já foram elaborados, até o presente momento, três documentos, o Plano Estadual de Políticas para Mulheres (2014- 2016), o Plano Estadual dos Direitos da Mulher (2018-2021), e o Plano Estadual dos Direitos das Mulheres (2022-2025).

Neste sentido, no presente artigo tem-se como objetivo levantar e analisar as políticas públicas para as mulheres do Estado do Paraná propostas nos três planos estaduais referentes aos períodos (2014-2016), (2018-2021) e (2022-2025). Metodologicamente tratou-se de uma

³ A decolonialidade é como um caminho para resistir e desconstruir padrões, conceitos e perspectivas impostos aos povos subalternizados durante todos esses anos, e, também, é uma crítica à modernidade e ao capitalismo. (AVILA, 2021).

pesquisa tipicamente bibliográfico-documental, onde foram buscadas as prospecções por meio de fontes primárias e secundárias. O artigo encontra-se estruturado em 5 seções. Na primeira seção tem-se esta Introdução, na segunda tratam-se dos aspectos históricos e teóricos conceituais sobre as lutas das mulheres, os planos e políticas públicas voltadas para este segmento. Na terceira seção, tem-se a caracterização dos planos estaduais de políticas públicas para mulheres, elaborados pelo Governo do Paraná para o período que se estende de 2014 a 2025, ficando o estudo comparativo entre ambos na quarta seção. Na quinta seção apresentam-se as Considerações Finais.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS E TEÓRICO-CONCEITUAIS SOBRE MULHER, TRABALHO, PLANOS E POLÍTICAS PÚBLICAS GOVERNAMENTAIS NO BRASIL

2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS SOBRE A LUTA DAS MULHERES E SUAS DEMANDAS

Quando se estuda, historicamente, o papel da mulher nas sociedades desde as primeiras civilizações, observa-se que as mulheres sempre desempenharam funções importantes nos vários aspectos dos sistemas econômicos. Atribui-se, por exemplo, à mulher a descoberta da agricultura. No entanto, a sua história é marcada pela luta na busca da equidade, igualdade e cidadania nas mais variadas partes do mundo. Atualmente, algumas sociedades reconhecem a existência das desigualdades de gênero e veem tentando reparar este erro histórico, porém, são exceções. Ainda existem países em que a mulher é vista como um ser incapaz de gerir sua própria vida, sendo colocada sob a autoridade de um homem, sofrendo restrições oriundas de seus costumes, leis ou religiões, cerceadas, portanto, de todos os seus direitos, inclusive os mais elementares.

O Brasil durante séculos foi uma sociedade patriarcal e os resquícios deste patriarcalismo persistem até hoje em vários aspectos da sociedade colocando a mulher num espaço de lutas e de desafios diários para que tenha seus direitos respeitados. Contudo, nas últimas décadas, principalmente a partir de meados dos anos 1980, com a abertura política, tem se observado alguns avanços nesta área, frutos das crescentes lutas das mulheres e de alguns segmentos da sociedade brasileira, defensores dos direitos humanos e da cidadania para todos. Mas, por muito tempo a mulher foi colocada em uma estrutura de inferioridade e excluída de direitos, até os mais elementares.

Dessa forma, se torna impossível falar sobre a luta da mulher e não colocar a devida importância de cada movimento feminista que já existiu. Ao longo dos séculos XIX e XX, por exemplo, esses movimentos trouxeram demandas relacionadas ao direito do voto feminino, e depois, o ingresso da mulher no mercado de trabalho, e ainda, a incessante luta da mulher negra para se livrar de uma marca colonial e o estigma deixado sobre seus corpos, marcando a luta histórica pela igualdade de gênero, fazendo interseção raça/classe/sexualidade/gênero. (NAZARENO; FARAH; COLLATUSSO; PADILHA, 2022).

Acerca do Brasil, é no século XIX que o movimento surgiu, com a luta pela educação feminina, direito de voto e abolição da escravatura. E, em 1932, a mulher brasileira conseguiu o direito do voto. Após isso, foi apenas a partir da década de 1960 que o movimento ganhou força e englobou questões que precisariam de melhorias inclusive nos dias de hoje, como o acesso à métodos contraceptivos, saúde preventiva, igualdade entre homens e mulheres, proteção à mulher contra a violência doméstica, equiparação salarial, apoio em casos de assédio, entre outros. (FAHS, 2016).

Em 1972, ainda na Ditadura Militar⁴, Romy Fonseca, advogada e feminista brasileira, organizou o Primeiro Congresso da Mulher, onde participantes nacionais e internacionais debateram o papel da mulher no desenvolvimento político. Posteriormente, 1975, foi decretado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Ano Internacional da Mulher. O feminismo no Brasil se fortaleceu com o evento realizado no Rio de Janeiro sob o título “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”, e, com a criação do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira. Na década de 1980, foram importantes as conquistas do movimento feminista, fruto de lutas anteriores. Vale destacar a música, onde cantoras de grande sucesso tomaram a cena, como Simone, Rita Lee, Maria Bethânia, Fafá de Belém e tantas outras. Além disso, a questão feminina se tornou objeto de estudo nos centros universitários. Em 1983 foi criado o Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, e em 1985, o nacional. (OTTO, 2004).

Durante os anos 1990, houve o aumento da escolarização feminina e da democratização do país e os objetivos do movimento feminista foram se adaptando de acordo com a dinâmica da sociedade da época. Com isso, a mulher passou a exigir maior participação na vida pública, e as chamadas leis de “discriminação positiva”⁵ evidenciaram avanços nesse sentido.

Posteriormente, em 2006, foi sancionada a Lei Maria da Penha⁶, responsável por punir com maior rigor os casos de violência doméstica (BEZERRA, 2017).

Atualmente as mulheres têm conquistado espaço e tem sido maior a sua participação em todas as esferas da sociedade, fruto de suas lutas e reivindicações. Mas, as aquisições ligadas à universalização e ao reconhecimento das diferenças ainda necessitam ser abraçadas pela sociedade e pelo Estado. No que tange o envolvimento do Estado em tais demandas, os movimentos sociais têm sido essenciais no sentido de pressioná-lo na formulação de políticas públicas específicas para os segmentos menos favorecidos. No caso das mulheres, são bons exemplos as criações de delegacias, secretarias e conselhos femininos para o atendimento de suas necessidades básicas. (FARRAH, 2004)

No segmento do mercado de trabalho brasileiro, apesar dos avanços, as desigualdades também são elevadas. Segundo Villas Boas (2019), dados publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2018, mostraram que as mulheres receberam apenas 79,5% do rendimento do trabalho dos homens. Esta proporção foi de 78,3%, em 2017, e 80,8%, em 2016. Em 2018, enquanto as mulheres recebiam R\$13 por hora trabalhada, os homens recebiam R\$14,20. Para Beringuy apud Villas Boas (2019), é preciso haver a execução de políticas públicas de apoio à mulher como oferta de creches e escolas em tempo integral para as mulheres não precisassem se afastar do mercado de trabalho.

Em 2021, as mulheres ainda ganhavam, em média, 20,5% menos que os homens no Brasil. Essa diferença salarial entre os gêneros permaneceu em patamar elevado mesmo quando se comparou trabalhadores do mesmo perfil de escolaridade e idade, e da mesma categoria de ocupação. Quando se compara grupos que são comparáveis, a mulher ainda ganha 20% a menos. É um problema estrutural da nossa sociedade, que está persistindo e é preocupante porque, ao mesmo tempo, as mulheres têm uma escolaridade mais alta do que dos homens e trabalham menos horas remuneradas. Mas, mesmo quando se compara uma

⁴ A Ditadura Militar é o regime político no qual os membros das Forças Armadas de um país centralizam política e administrativamente o poder do Estado em suas mãos, negando à maior parte dos cidadãos a participação e a

decisão das instituições estatais. No Brasil durou de 1964 a 1985.

⁵ As leis de Discriminação Positiva foram leis que obrigavam os partidos políticos a garantirem cotas de 30% de mulheres candidatas ao legislativo. (BEZERRA, 2017).

⁶ A Lei Maria da Penha é fruto de uma história real, onde Maria da Penha, que sofria constantes agressões por parte do marido, criou coragem e o denunciou. Contudo, se deparou com a incredulidade da Justiça Brasileira. O caso só foi solucionado em 2002, quando o Estado brasileiro foi condenado por omissão e negligência pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. Após a lei ser criada, houve um aumento de 86% de denúncias de violência familiar e doméstica. (BEZERRA, 2017).

4

mulher com o homem que tem a mesma escolaridade, a mesma idade, a mesma cor, que está no mesmo setor de atividade e com o mesmo agrupamento ocupacional, essa mulher ainda ganha menos. (BARCELLOS, 2022 apud ALVARENGA, 2022)

Dos 12 milhões de brasileiros desempregados, 6,5 milhões são mulheres, segundo pesquisa do IBGE apud Alvarenga (2022). A taxa de desocupação dos homens ficou em 9% no final de 2021, enquanto a das mulheres foi de 13,9%. A desigualdade salarial é um problema estrutural do mercado de trabalho brasileiro e não somente reflete o machismo da sociedade, mas também a ausência de políticas públicas que favoreçam o ingresso de mulheres em ocupações e formações de maior remuneração. (ALVARENGA, 2022)

2.2 PLANEJAMENTO, PLANOS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

Entende-se por políticas públicas as ações e os programas desenvolvidos pelo Estado para que se garanta direitos que são previstos na Constituição Federal de 1988 e em demais leis. Ressalta-se que, outros direitos que não estejam na lei podem vir a ser garantidos através de uma política pública. Isso acontece, a título de exemplo, quando um direito é identificado como uma necessidade para a sociedade. A execução de políticas públicas é tão importante que desde 1989 existe a especialidade em políticas públicas como carreira. As políticas públicas existem e são executadas em todas as esferas de governo de um país, existindo ações em nível federal, estadual e municipal. (MACÊDO, 2018)

O planejamento e o plano são maneiras de se garantir que políticas públicas sejam propostas para serem executadas. Podem ser nacionais, estaduais ou municipais. Existem diversos estudos que discutem conceitos de políticas públicas, mas, neste artigo, são tratadas como aquelas ações, programas e projetos propostos e/ou executados pelas três esferas de governo: federal, estadual e municipal, isolados ou em parcerias tanto com o ente público, quanto privado, em diferentes áreas e segmentos demandados pela sociedade, visando assegurar direitos previstos na Constituição Federal de 1988.

Retratando a análise de um plano, é importante entender os caminhos que antecedem a sua concretização. O processo de elaboração de um plano pode ser dividido em dois grupos: as técnicas de análise-síntese que serão necessárias para o conhecimento da realidade analisada e as técnicas de decisão, indispensáveis para a determinação de metas, meios para alcançá-las e para a alocação dos recursos. Quanto ao conteúdo, um plano pode ser constituído de diferentes formas, mas é possível seguir alternativas usuais, como: a definição apenas da estratégia global de desenvolvimento, portando diretrizes políticas sobre componentes da economia; a construção de um orçamento anual ou plurianual de investimentos do setor público; políticas de investimentos, podendo englobar todos aqueles a serem realizados a partir da definição de prioridades; estabelecimento de metas para o desenvolvimento econômico e social do país, considerando-se as normativas para o setor público e as indicativas para o privado; estudos e projeções macroeconômicas e, por fim, plano de desenvolvimento para apenas um setor ou segmento da sociedade. (CARVALHO, 1979)

Ainda, para Carvalho (1979), um plano pode apresentar Métodos de Prospeção

Progressiva, que sintetiza o processo principal em cinco fases fundamentais: a definição de objetivos globais do desenvolvimento econômico e social por meio da projeção de taxas de crescimento; determinação dos objetivos setoriais e preparação dos respectivos programas de ação provisórios; estabelecimento de objetivos e programas setoriais regionalizados; estudos de coerência entre programas setoriais provisórios e objetivos globais e a elaboração definitiva do plano. Este método intitulado de Prospecção Progressiva tem o seu início na determinação de hipóteses de taxas de crescimento da renda local e de seus componentes, sendo estimadas para o período futuro a ser abrangido pelo plano. É importante a existência

5

de um diálogo preliminar entre políticos e técnicos para que a fixação das diretrizes políticas que orientarão a formulação dos parâmetros para compor o quadro macroeconômico inicial seja feita.

O Método dos Elos Condutores, também apresentado por Carvalho (1979), parte de objetivos setoriais fixados, o que são considerados os mais importantes para o conjunto da economia, e pode se referir a setores básicos da produção. Consiste em entender que é a partir de prioridades concretas que se inicia o processo. E, posteriormente à formulação partir de um método específico, a próxima etapa será a organização geral dos trabalhos, onde um plano de desenvolvimento exige para a sua formulação um plano de trabalho, o qual irá começar com a designação da equipe de coordenadores para que seja dado o início das atividades. Verificar quem são os elaboradores; participantes; para que o plano foi elaborado; com base em quais informações; e no diagnóstico.

E, a respeito de políticas públicas para mulheres, refere-se também à forma do Estado estar presente para garantir os direitos das mulheres, fixando diretrizes e metas que norteiam as suas ações para o uso de recursos públicos visando atender este segmento da sociedade, em suas diferentes e históricas demandas. A criação, em 1985, do CNDM é um bom caso de política desta natureza e do reconhecimento de que a mulher deve ter os mesmos direitos e oportunidades que os homens. (FARRAH, 2004).

As conferências mundiais sobre mulheres e seus direitos à cidadania também contribuíram para que houvesse, no Brasil, as conferências nacionais e estaduais, resultando, em 2003, na criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), por meio da Lei Federal nº 10.683, apresentando três linhas de atuação: 1) Políticas de trabalho e autonomia econômica das mulheres; 2) Enfrentamento à violência contra as mulheres e; 3) Ações nas áreas de saúde, educação, cultura, participação política, igualdade de gênero e diversidade. Esta Secretaria focou, principalmente, nas questões relacionadas à mulher e o mercado de trabalho. E, em 2004 foi realizada a I Conferência Nacional de Políticas Públicas para Mulheres (CNPM) e, em 2005, foi elaborado o I Plano Nacional de Políticas Públicas para Mulheres. (SILVA, 2015).

Mesmo que com muitos entraves, como dificuldades estruturais e orçamentárias, a criação da SPM foi um marco na formulação, coordenação e articulação de políticas públicas visando a redução das desigualdades entre homens e mulheres no Brasil. Porém, a competência desta secretaria foi definida somente em 2010, por meio da Lei nº 12.314, art. 22, que alterou a lei anterior transformando a SPM, em Ministério. O I Plano Nacional de Políticas Públicas para Mulheres (PNPM) foi publicado em 2005, o II Plano Nacional de Políticas Públicas para Mulheres (PNPM) é de 2008 e o III Plano foi publicado em 2013, todos formulados pelo governo e sociedade civil por meio das conferências. Em 2012, foi criada a Coordenação Geral da Diversidade, com o compromisso de promover políticas públicas para mulheres negras, indígenas, lésbicas, jovens, idosas e com deficiência. (PONTES; DAMASCENO, 2017).

Já no governo Dilma⁷, foram definidas as secretarias que iriam compor a SPM, sendo

elas: a Secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres; a Secretaria de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; e a Secretaria de Articulação Institucional e Ações Temáticas. Além das citadas, fazem parte da SPM, o CNDM, que antes era vinculado ao Ministério da Justiça e, em 2003, passou a integrar a estrutura da SPM. (PONTES; DAMASCENO, 2017). Todas essas instâncias são importantes episódios para a história da luta pela igualdade entre homens e mulheres no Brasil. Para integrar essa trajetória, é justamente a partir dos planos nacionais, que alguns estados e municípios brasileiros foram,

⁷ Dilma Rousseff é uma política reconhecida por ter sido a primeira mulher a assumir a presidência do Brasil, sendo eleita presidente em 2010 e reeleita em 2014. Dilma Rousseff sofreu um processo de *impeachment* em 2016. (SILVA, 2022).

gradativamente, elaborando seus planos com base nas demandas locais, mas tendo como parâmetro e articulação os pressupostos e objetivos previstos nos planos elaborados pelo Governo Federal, por meio da Secretaria de Políticas para Mulheres.

2.2.1 Políticas públicas para mulheres no Brasil

A maior expressão feminista da história brasileira aconteceu nos anos 1970, com a criação de sindicais a partir da defesa de duas bandeiras: a incorporação das mulheres no mercado de trabalho e a liberdade política no país. É também nesse período que se incorporou a perspectiva de gênero por políticas públicas. Mas a visibilidade dos movimentos de mulheres começou realmente acontecer a partir da realização dos Congressos da Mulher. Em São Paulo, o primeiro aconteceu em 1979 e o segundo em 1980, reunindo cerca de 4 mil mulheres. (PONTES; DAMASCENO, 2017). Em 1985 foi criado o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM), definindo três linhas de atuação: creches, violência e constituinte. Elaboram-se, também, projetos para intervir na saúde, trabalho, educação e cultura, de forma a garantir que parte das reivindicações dos movimentos das mulheres fossem incluídas na Constituição de 1988.

Por meio do CNDM foram realizados pareceres técnicos em anteprojetos do governo ligados ao trabalho feminino, violência, educação e à saúde da mulher. No âmbito nacional, a visibilidade do CNDM materializou-se quando assumiu a coordenação da campanha Mulher e Constituinte, com o lema “Constituinte para valer tem que ter palavra de mulher”, lançada em novembro de 1985. Assim, o Conselho conseguiu aglutinar as parlamentares constituintes, os movimentos de mulheres e a sociedade em geral para participar da campanha. O chamado *lobby* do batom, grupo composto por lideranças de mulheres, foi uma iniciativa dos movimentos de mulheres e feministas que se articulou ao CNDM para acompanhar os trabalhos dos constituintes na elaboração e votação de Emendas Constitucionais. A Constituição Federal incorporou a maioria das reivindicações. (ESMERALDO, 2002 apud PONTES; DAMASCENO, 2017)

Assim, a inclusão da questão de gênero na agenda governamental ocorreu como parte do processo de democratização do país, significando a inclusão de novos atores no cenário político e, ao mesmo tempo, a incorporação de novos temas pela agenda política. A participação das mulheres foi fundamental. A presença feminina em secretarias e ministérios também foi essencial não só para garantir a representatividade das mulheres, mas também para que as questões de gênero fossem, de fato, colocadas em pauta. O Brasil ocupava, em 2016, o 155º lugar no *ranking* de igualdade entre homens e mulheres na política, segundo levantamento do IPU (Inter-Parliamentary Union) com 193 países. O governo Dilma foi um importante acontecimento na história da mulher no Brasil. Isso porque, um dos avanços observados foi a maior presença das mulheres no mercado de trabalho formal. Programas

como o Bolsa Família⁸ e outras políticas públicas de acesso à educação permitiram que mais brasileiras tivessem registro em carteira. Além dos pontos destacados, o combate à violência e ao feminicídio foi posto em prática. A sensibilidade por parte do governo deu possibilidade para que ações tivessem acesso à Justiça e acolhimento das mulheres em espaços urbanos e rurais. (FAGUNDEZ; MENDONÇA, 2016).

No atual cenário, a luta das mulheres continua. Seja pelo fim da violência, pela autonomia financeira, pela liberdade de escolha ao se relacionar, para receber salários iguais

⁸ Criado em 2003, o Programa Bolsa Família (PBF) tinha como objetivo inicial contribuir para a redução da pobreza, por meio da inclusão de famílias em vulnerabilidade social. O programa sempre buscou auxiliar na transferência de renda e acesso à direitos sociais básicos de saúde, alimentação, educação e assistência social às famílias que se encontram em situação de pobreza e extrema pobreza (CAMPELLO; NERI, 2014). Em 2019, foram 13,5 milhões de beneficiários no Brasil.

7

aos dos homens, por direitos sobre seus corpos ou direitos reprodutivos. Contudo, as mulheres ainda são vítimas de um machismo estrutural. Por isso, a demanda por políticas públicas que afirmem e reafirmem os direitos da mulher deve ser uma constata na agenda de política estatal. (MENDONÇA; SANTOS, 2018).

3 CARACTERIZAÇÃO DOS PLANOS ESTADUAIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES DO ESTADO DO PARANÁ

3.1 O PLANO ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES DO ESTADO DO PARANÁ (2014-2016)⁹

O Plano Estadual de Políticas Para Mulheres do Estado do Paraná (2014-2016) foi publicado em 2014 pelo Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDM/PR). Na apresentação do documento, a Secretária Maria Tereza Gomes apud Bley, Vieira e Raymundo (2014) realça que apenas o trabalho articulado e intersetorial poderia assegurar direitos e melhorar a qualidade de vida das mulheres do estado do Paraná e brasileiras, em toda a sua diversidade. Acrescenta, também, que o objetivo do Plano foi implementar e efetivar políticas para as mulheres, de maneira a possibilitar a sua referência não apenas como uma política de governo, mas como uma política de Estado¹⁰, onde exigiria uma continuidade e permanente cumprimento de suas ações.

Quando se analisa a parte introdutória do plano, observa-se que foi fruto de uma importante reflexão no ramo de mobilizações, organizações e debates de mulheres do estado do Paraná, além de movimentos feministas e dos demais movimentos de cunho social. O foco foi intervir positivamente na realidade das mulheres paranaenses. O que se procurou com a elaboração do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres do Estado do Paraná foi a proposição e a construção de políticas públicas que buscassem romper com a história de opressão e invisibilidade das mulheres nos espaços da sociedade paranaense, assim como a brasileira, marcadamente desigual. Sua metodologia de elaboração ocorreu por meio de um processo denominado participativo, amplo e democrático, que surgiu de demandas apresentadas nas Conferências Municipais e Estaduais ocorridas no ano de 2011. Ainda em 2011, o CEDM designou uma Comissão para organizar e encaminhar o Plano (IZEPÃO E CELESTE, 2022). Os princípios e objetivos previstos no referido plano encontram-se no Quadro 01.

Quadro 1 – Princípios e objetivos previstos no Plano Estadual de Políticas Para Mulheres do

Estado do Paraná (2014-2016)

Princípios	Objetivos
1. Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres	Reduzir os índices de violência contra as mulheres. Neste objetivo estão previstas 22 ações. Destas, apenas 5 seriam contínuas em seus prazos. (Um dos objetivos: Pactuação com a Política Nacional de Enfrentamento à

⁹ Todas as informações apresentadas nesta seção foram extraídas do Plano Estadual de Políticas Para Mulheres do Estado do Paraná (2014-2016) - Documento original. Ver BLEY; VIEIRA; RAYMUNDO (2014). ¹⁰ O Estado pode ser entendido como a unidade administrativa de um território. Não existe Estado sem território. O Estado é formado pelo conjunto de instituições públicas que representam, organizam e atendem (ao menos em tese) os anseios da população que habita o seu território. Entre essas instituições, pode-se citar o governo, as escolas, as prisões, os hospitais públicos, o exército, dentre outras. Alguns autores, inclusive, chegam a afirmar que o Estado seria a institucionalização da Nação. Porém, verifica-se a existência de Estados com muitas nações, ou multinacionais, e algumas nações sem Estado constituído. (PENA, 2023).

8

	Violência contra as Mulheres com plena efetivação da Lei Maria da Penha e demais normas jurídicas internacionais, nacionais e estaduais.)
2. Autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho, com inclusão social	Promover constante acompanhamento para que as oportunidades geradas para as mulheres no mercado de trabalho possam contribuir na geração de renda, valorização pessoal e aperfeiçoamento profissional, por meio de atividades correlacionadas e seus serviços oferecidos. Foram previstas 6 ações, das quais 5 são contínuas. (Um dos objetivos: Promover políticas de ações afirmativas no mundo do trabalho que reafirmem a condição das mulheres como sujeitos sociais e políticos, considerando as dimensões étnico-raciais.)
3. Desenvolvimento sustentável no território rural, cidade e floresta, com garantia de justiça ambiental e segurança alimentar	Contribuir para consolidar a inserção produtiva deste contingente de mulheres (mulher rural), além de promover a proteção de acervos culturais e ambientais e de garantir qualidade de vida a elas e suas famílias. Foram elaboradas 11 propostas, nenhuma com prazo contínuo. (Um dos objetivos: Estimular a participação das mulheres em todas as instâncias de formulação e implementação de políticas socioambientais e de desenvolvimento sustentável.)

<p>4. Cultura, esporte, comunicação e mídia democráticas e não discriminatórias</p>	<p>Estar em conformidade com as manifestações esportivas descritas em Lei, alicerçadas nos conceitos de esporte de participação, educacional e dos esportes de rendimento, considerando diferentes faixas etárias. Foram elaboradas 19 ações, sendo 11 com prazo contínuo. (Um dos objetivos: Promover e valorizar a participação das mulheres no esporte e lazer de forma igualitária, respeitando as dimensões étnicas, raciais, sociais, orientação sexual, identidade de gênero, geracional, mulheres com deficiência, estimulando a ampla divulgação.)</p>
<p>5. Educação inclusiva, não sexista, não racista, não transfóbica, não bifóbica e não lesbofóbica</p>	<p>Propostas que visam o enfrentamento ao sexismo, machismo, racismo e da LGBTfobia na educação. Foram 10 ações elaboradas, todas com prazo contínuo. (Um dos objetivos: Promover a alfabetização de mulheres, em especial negras e indígenas, contemplando diferenças geracionais e as especificidades das mulheres travestis, transexuais, lésbicas, bissexuais, deficientes, em conflito com a lei, gestantes, mães e mulheres do campo e das águas (boias-frias, quilombolas, ribeirinhas, ilhéus, atingidas por barragens, assentadas, acampadas, arrendatárias, pequenas proprietárias, colonas ou sitiantes, faxinalenses), dentre outras.)</p>

<p>6. Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos</p>	<p>Investir em ações que protejam as mulheres de seus agressores, em uma atitude de prevenção e acolhimento, após situações de violência, por meio da oferta de apoio multisetorial e multiprofissional. Foram elaboradas 22 ações, felizmente, todas com prazo contínuo. (Um dos objetivos: Garantir os direitos sexuais e direitos reprodutivos das mulheres em todas as fases do seu ciclo de vida e nos diversos grupos populacionais, sem discriminação de qualquer espécie.)</p>
---	--

7. Mulheres privadas de liberdade e egressas do sistema prisional	<p>Garantir à mulher no sistema prisional e às egressas o direito à saúde, educação, trabalho, alimentação, proteção à maternidade e à infância, além da assistência jurídica, atendimento psicossocial, assistência religiosa e demais dos direitos humanos, respeitando as necessidades associadas ao gênero feminino. Não foram elaboradas ações neste plano, pois, considerando a abrangência e especificidade desta temática, que as ações relativas às mulheres encarceradas serão contempladas em um documento exclusivo, que teve o lançamento previsto para o primeiro semestre de 2015.</p>
--	---

Fonte: elaborado pelas autoras com base em Bley, Vieira e Raimundo (2014).

Observa-se, portanto, que o Plano incorporou importantes pontos para o enfrentamento das desigualdades de gênero no estado do Paraná, contendo, na sua totalidade, 50 páginas e encontra-se estruturado em 17 partes. As 10 primeiras partes que compõem a estrutura do Plano se distribui da seguinte forma: A Palavra da Secretária; Introdução; Breve Histórico das Conferências Estaduais do Paraná; Princípios e Pressupostos Legais; Metodologia de Elaboração do Plano; Objetivos do Plano; Gestão e Monitoramento do Plano; Glossário; Lista de Abreviaturas, Siglas e Referências Bibliográficas.

Das 90 ações propostas no documento, 53 tiveram o prazo contínuo. A importância da existência de uma continuidade é justamente por se tratar de inclusão, equidade e igualdade, fazendo com que tais ações atendam mais demandas por um maior período. De acordo com Bley, Vieira e Raymundo (2014), todas as políticas estaduais propostas no Plano foram fruto de um diálogo interinstitucional e multidisciplinar entre as Secretarias de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, Secretaria de Estado da Saúde e Secretaria de Estado da Educação.

Analisando-se o Plano em sua totalidade, identifica-se que foi bem elaborado, considerando que foi o primeiro plano do Estado do Paraná, com direcionamento para o enfrentamento das desigualdades e dificuldades cotidianas vividas por grande parte das mulheres paranaenses. Porém, vale salientar que é necessário um sistema de informatização e divulgação das ações desenvolvidas a partir do Plano, que possibilitasse a gestão e o monitoramento. Igualmente, o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres por parte da sociedade civil, como previsto no objetivo geral dele. Esse não foi um ponto atingido com sucesso, uma vez que é um conteúdo de imensa dificuldade de acesso. Quase nada se encontra nas buscas feitas sobre a execução das propostas e ações previstas no plano e suas diretrizes.

3.2 O PLANO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER (2018-2021)¹¹

O Plano Estadual dos Direitos da Mulher (2018-2021) é composto por quatro capítulos, além da Introdução. o primeiro capítulo, intitulado “Onde atualiza o”, mostra-se a

importância e a necessidade de se reforçar os direitos das mulheres e as conquistas já alcançadas, evidenciando a fragilidade e carência perante as garantias constituídas em uma história muito recente. Por conseguinte, é colocada como necessária a observação dessas garantias específicas que possam viabilizar às mulheres as mesmas oportunidades ofertadas aos homens e que promovam efetivamente a igualdade, não apenas em âmbito normativo, mas também na vida social. Novamente o movimento feminista é citado, fazendo-se essencial para identificar e ressaltar as injustiças vivenciadas pelas mulheres, e então, colocar em pauta nas negociações internacionais e em movimentos políticos nacionais, a prioridade da igualdade de gênero.

o segundo capítulo, denominado “ diretrizes”, s o apresentadas as diretrizes que nortearam a elaboração das políticas propostas no Plano. Estas diretrizes foram desenvolvidas de maneira a congregar objetivos estratégicos intersetoriais, abrangendo as diversas temáticas que envolvem as demandas das mulheres do Paraná. Destacam-se, da mesma maneira, a preocupação dos formuladores do Plano, de que essas diretrizes fossem divulgadas de maneira clara e, ao mesmo tempo, fossem bem específicas. Neste sentido, o Plano foi estruturado tendo como base três diretrizes: 1. Promoção da igualdade de gênero e da equidade com enfrentamento aos preconceitos para o protagonismo de todas as mulheres e meninas; 2. Fortalecimento da participação social para universalidade das políticas; e 3. Eliminação de todas as formas de violência contra as mulheres, conforme mostra o Quadro 02.

O terceiro capítulo intitulado “ stado itucional” apresenta um diferencial quando comparado ao I Plano porque dispõe de um diagnóstico bem elaborado da situação da mulher paranaense, em diversos aspectos, tais como: demografia, organização familiar, trabalho e renda, violência contra a mulher, entre outros. São disponibilizados dados qualitativos e quantitativos, por meio de gráficos, tabelas, quadros e mapas, além dos aspectos explicativos. À vista disso, no Plano de Ações fica evidente que mesmo não alimentando a expectativa de abordar todas as questões e demandas apresentadas no diagnóstico realizado para a elaboração do Plano, esse se mostrou bastante inclusivo em suas propostas de ações.

O Plano foi elaborado em etapas para, posteriormente, se propor ações. Primeiro foi realizado o diagnóstico situacional já citado anteriormente. Na sequência, o Governo e a sociedade civil na figura das conselheiras estaduais fizeram uma análise das problemáticas apontadas pelo diagnóstico para, posteriormente serem construídas as linhas de ação, por parte do Estado, de acordo com a capacidade de atuação de cada Secretaria. E, para terminar, a sugestão foi aberta à consulta, inicialmente à sociedade civil representada pelo Conselho e, depois, para público em geral. As diretrizes, objetivos e números de ações são descritas, resumidamente, no Quadro 02.

Quadro 02 - Diretrizes e objetivos previstos no Plano Estadual dos Direitos da Mulher (2018-2021)

Diretriz	Objetivos	Nº de Ações
Equidade e Protagonismo	1.1 Protagonismo e autonomia econômica para melhorias das condições de renda	10 (7 anuais)

¹¹ Todas as informações apresentadas nesta seção foram extraídas do Plano Estadual dos Direitos da Mulher: (2018-2021) - Documento original. Ver SANTOS, REZENDE e MARTINS (2018).

	1.2 Fomento da participação das mulheres nos diversos espaços políticos	8 (3 anuais)
	1.3 Acesso à informação e disseminação dos Direitos das Mulheres	8 (4 anuais e 2 semestrais)
	1.4 Fortalecimento dos espaços comunitários para o protagonismo feminino	3 (1 anual)
Fortalecimento e Universalidade	2.1 Garantia de prevenção, diagnóstico e tratamento de infecções sexualmente transmissíveis	5 (3 anuais)
	2.2 Fortalecimento dos Organismos Municipais de Políticas para as Mulheres (OPM) e Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher (CMDM).	5
	2.3 Organização e qualificação da atenção materno-infantil	2
	2.4 Enfrentamento do câncer de mama na população feminina.	3 (3 anuais)
	2.5 Promoção dos direitos sexuais e reprodutivos.	5 (2 anuais)
	2.6 Produção de informações para maior efetividade das políticas públicas.	7 (1 anual)
	2.7 Fortalecer a intersetorialidade na garantia de direitos da mulher.	2 (1 contínuo)
	2.8 Atendimento humanizado e integral às mulheres em diferentes situações de vulnerabilidade.	5
Enfrentamento à Violência	3.1 Efetividade e celeridade nos processos investigativos.	2
	3.2 Qualidade e integralidade no atendimento mulher vítima de violência.	8 (2 anuais)
	3.3 Sensibilização e reeducação para interrompimento do ciclo de violência.	3 (1 anual)
	3.4 Promoção da intersetorialidade no desenvolvimento das ações de enfrentamento violência e cultura da paz.	8 (1 anual)

Fonte: elaborado pelas autoras com base em Santos, Rezende e Martins (2018).

Apesar do grande número de ações propostas, apenas uma teve o prazo contínuo, enquanto a grande maioria teve prazo anual, diferente, portanto, do Plano anterior, onde boa parte das ações tiveram prazos contínuos.

3.3 PLANO ESTADUAL DOS DIREITOS DAS MULHERES (2022-2025) ¹²

O Plano Estadual dos Direitos das Mulheres (2022-2025) foi publicado em 2022, no formato eletrônico. No início do documento encontra-se uma Lista de Siglas, Figuras, Gráficos, Quadros e Tabelas, além do Sumário. Na Introdução, destaca-se que desde 2014, em que houve a implementação do primeiro Plano de Políticas Públicas para Mulheres, o Estado do Paraná vem oportunizando um planejamento intersetorial para a efetivação da garantia dos direitos das mulheres, precisamente por meio de planos estaduais.

No capítulo referente ao Estudo Situacional, se apresenta um diagnóstico sobre a realidade da mulher paranaense, onde os dados levantados pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) foram fundamentais, segundo Nazareno,

¹² Todas as informações apresentadas nesta seção foram extraídas do Plano Estadual dos Direitos das Mulheres (2022-2025) - Documento original. Ver NAZARENO, FARAH, COLLATUSSO e PADILHA (2022).

Farah, Collatusso e Padilha (2022). As autoras ressaltam o fato de que o Plano foi elaborado no cenário da maior crise sanitária já enfrentada no Brasil: a pandemia¹³ do novo coronavírus. Segundo Nazareno, Farah, Collatusso e Padilha (2022), esse cenário, por sua vez, reforçou os impactos já antes existentes de raça, classe e gênero. Com as medidas de prevenção, como o isolamento social, houve uma maior sobrecarga de tarefas domésticas, cuidados com filhos, idosos ou parentes doentes. Trabalhadoras de áreas da saúde, por exemplo, foram as mais expostas ao vírus, em razão de haver 70% de mulheres na linha de frente no combate a Covid 19. As autoras destacam, ainda, a questão de outros grandes setores com importante participação feminina que foram impactados economicamente, pela pandemia, ocasionado demissões e fechamento de negócios, tornando equitativamente mais severa a precarização econômica de inúmeras mulheres. E, isoladas socialmente como forma de prevenção, ficaram mais expostas a situações de violências domésticas junto a seus agressores.

O documento é composto por cinco capítulos. No primeiro tem-se a Introdução já mencionada. No segundo denominado Contextualização apresenta-se um retrospecto histórico-cultural dos papéis da mulher na sociedade ao longo do tempo. Esse capítulo indica a importância que tem o desenvolvimento de reivindicações e conquistas para os direitos das mulheres tanto na conjuntura nacional, quanto internacional. Apresenta, também, uma contextualização histórica referente às lutas das mulheres na fase de elaboração da Constituição Federal de 1988, destacando as pequenas e grandes conquistas femininas a partir da articulação de movimentos feministas, a exemplo do que já se havia feito no Plano anterior.

No terceiro capítulo do Plano, intitulado Diretrizes, as autoras ressaltam que as conferências estaduais e nacionais foram adiadas devido à pandemia do novo Coronavírus. Assim, as diretrizes do referido Plano não puderam ser deliberadas e aprovadas por meio de uma Conferência Estadual. Por esta razão, optou-se pela manutenção das diretrizes que antes foram norteadas no segundo Plano. Estas diretrizes encontram-se especificadas no Quadro 03.

O quarto capítulo do Plano é o Estudo Situacional. Nele encontra-se um diagnóstico, bem elaborado, contendo dados qualitativos e quantitativos com informações demográficas, socioeconômicas, relações de trabalho, família e outros referentes às condições de vida e demandas das mulheres paranaenses. Oferece, também, uma parcela de dados importantes que antecedem a construção de ações, subdividindo os dados em 4 subseções. A primeira, 4.1, apresenta dados e indicadores referentes à demografia, organização familiar, trabalho e renda.

Nesta subseção se observa importantes indicadores que evidenciam, por exemplo, a

dupla ou tripla jornada de trabalho da mulher no Paraná. Sem redes de apoio como creches e familiares, por exemplo, as mulheres tiveram que acumular tarefas de cuidar dos filhos e trabalhar ou deixar o emprego.

Esta situação, segundo as autoras, afetou não apenas a decisão de ter mais ou menos filhos, mas também a sua entrada no mercado de trabalho e seu desenvolvimento profissional. É imprescindível que serviços públicos como creches, escolas, etc., garantam o amparo das dinâmicas dos cuidados familiares, para que a mulher tenha oportunidades iguais às dos homens. Acerca da diferença salarial, o Estado do Paraná ainda ocupa a terceira posição de maior diferença salarial em desvantagem entre homens e mulheres, perdendo apenas para Minas Gerais e Mato Grosso do Sul. Em 2015, a diferença foi de -33,4%, enquanto em 2019,

¹³ No dia 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada sobre diversos casos de pneumonia na cidade de *Wuhan*, na República Popular na China. Se tratava de uma nova cepa (tipo) de coronavírus, que ainda não havia sido identificada antes em seres humanos. Em 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou que o surto do novo coronavírus constituía uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. Em 11 de março de 2020, a Covid-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia. (OPAS, 2023).

13

era de -28,5%. As mulheres negras, por sua vez, recebem 28,9% a menos que homens negros e 33,3% do que mulheres brancas. O Plano aponta que mulheres negras são inseridas no mercado de trabalho com altas desvantagens no ponto de partida, mesmo que com escolarização geral e aumento da participação no mercado de trabalho, há ao menos um longo percurso para a equidade com as mulheres brancas e mais ainda para com homens, negros ou brancos. (NAZARENO; FARAH; COLLATUSSO; PADILHA, 2022).

Outro segmento que chama a atenção é a baixa participação feminina nos cargos de chefia máxima. E não por falta de preparo ou competência. No Estado do Paraná, dentro de cargos de chefia máxima das instituições do poder estadual identificadas, 82% da ocupação é feita por homens e apenas 12% por mulheres. Esta demanda por igualdade de oportunidade deveria ser atendida pelo Estado. Na segunda subseção, a 4.2, encontram-se substanciais dados relativos ao acesso a direitos e políticas sociais, em áreas diversas como a saúde, educação, previdência e assistência social. Um dos problemas identificados no Estado do Paraná, por exemplo, é que mesmo existindo uma variedade de povos e comunidades tradicionais, o levantamento de dados sobre eles não é fácil. Com a falta de dados, se optou por usar informações do Cadastro Único para Programas Sociais¹⁴. Dessa forma, foi observado que do ano de 2017 para 2021, aumentou o número de mulheres indígenas em extrema pobreza e que receberam o Programa Bolsa Família. Na subseção aborda-se também questões reprodutivas femininas como a gravidez na adolescência, considerada um problema de saúde, por indicar gestação de alto risco, e socioeconômico, pois reflete em abandono escolar, permanência no ciclo da pobreza e redução de expectativas sobre alternativas de vida.

Na subseção 4.3, se apresenta dados sobre violação de direitos, violências contra as mulheres e as redes de apoio e proteção. No item 4.3.1, por exemplo, quando se cita a distribuição percentual dos casos de notificação de violência por sexo no Paraná, de 2011 a 2021, das notificações totais, 68,1% foram feitas por mulheres. O que mais impressiona é que, nos dados de violência sexual, pessoas do sexo feminino alcançam 87% entre as que sofreram esta violência no Paraná e 80% no Brasil. Diante dessas informações, é coerente a constante necessidade de enfrentamento à violência feminina, na esfera estadual e nacional. Na última subseção, 4.4, trata-se sobre representação e participação social. Ainda nesta subseção, apresenta-se, também, informações já tratadas no Primeiro Plano Estadual de Políticas para

Mulheres do Estado do Paraná (2014-2016) sobre o número de pessoas cadastradas para votar (eleitorado). Desde o ano de 2000, as mulheres são maioria em número de eleitores no Estado do Paraná. Mesmo com esse índice, não se observa muitas mulheres nos cargos eleitos. Há uma lei que assegura a cota nas candidaturas, a Lei Federal nº 9.504, de 30 de novembro de 1997. Porém, não surtiu o efeito esperado, sendo que, mesmo com 30% de candidaturas femininas, as eleitas estão bem abaixo desse percentual da cota. No ano de 2020, o percentual de candidatas nas eleições municipais para cargo de vereadora no Paraná foi de 35,2% e eleitas apenas 15,0%. (NAZARENO; FARAH; COLLATUSSO; PADILHA, 2022).

A Figura 01 demonstra alguns dados sobre a violência contra a mulher no Estado do Paraná nos últimos anos.

Figura 01 – Representação das taxas de violência contra mulher, doméstica ou não e o feminicídio por 100 mil mulheres – Paraná – 2017 e 2021

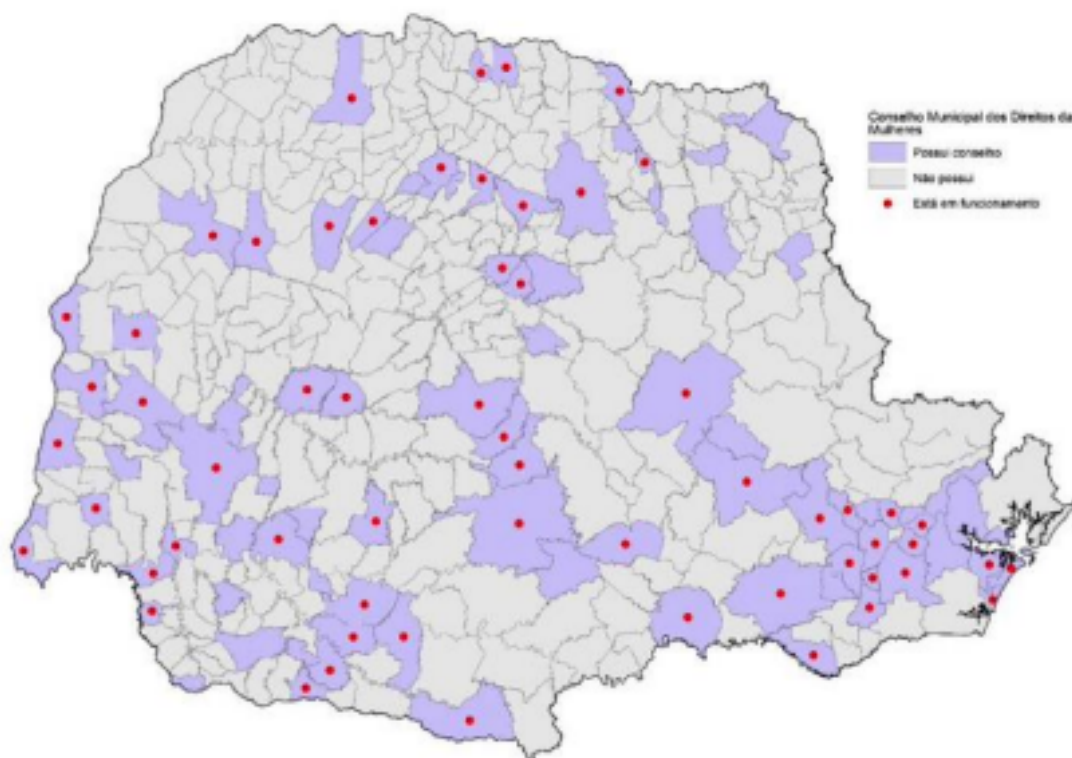
¹⁴ O Cadastro Único é um regimento que permite que o governo saiba quem são e como vivem as famílias de baixa renda no Brasil. Ele foi criado pelo Governo Federal, mas é operacionalizado e atualizado pelas prefeituras de forma gratuita. Quando feita a inscrição ou atualização dos dados, a família pode tentar participar de vários programas sociais. (MDS, 2023).

14



Fonte: Iparades apud Nazareno, Farah, Collatusso e Padilha (2022, p. 160).

Mapa 01 – Distribuição de Conselhos Municipais dos Direitos das Mulheres – Paraná – 2021:



Fonte: Ipardes apud Nazareno, Farah, Collatusso e Padilha (2022, p. 195).

15

Um dado que chama atenção neste diagnóstico é a pequena representação em números de conselhos estaduais. Até o ano de 2021, existiam 88 municípios que possuíam Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. Entre esses, somente 59 mantinham o conselho em funcionamento. Não há registros de um sistema para que se conheçam melhor esses conselhos nem para o Estado, nem para o país. O Mapa 01 mostra a distribuição destes conselhos no Paraná.

Enfim, no quinto capítulo intitulado Plano de Ações, encontram-se as ações que compõem a política da mulher de cada secretaria do Estado do Paraná, elaboradas a partir do Estudo Situacional. Estas encontram-se divididas pelos eixos das três diretrizes do Plano, com um total de 16 objetivos estratégicos e 87 ações a serem implementadas e acompanhadas, conforme mostra o Quadro 03.

Quadro 03 - Diretrizes e objetivos previstos no Plano Estadual dos Direitos das Mulheres (2022-2025)

Diretrizes	Objetivos	Nº de Ações
Equidade e Protagonismo	1.1 Protagonismo e autonomia econômica para melhorias das condições de renda	12 (12 anuais)
	1.2 Fomento da participação das mulheres nos diversos espaços políticos	7 (4 anuais)
	1.3 Acesso à informação e disseminação dos direitos	9 (8

	das mulheres	anuais)
	1.4 Fortalecimento dos espaços comunitários para o protagonismo feminino	1 (anual)
Fortalecimento e Universalidade	2.1 Garantia de prevenção, diagnóstico e tratamento de infecções sexualmente transmissíveis	3 (3 anuais)
	2.2 Fortalecimento dos Organismos Municipais de Políticas para as Mulheres (OPM) e Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher (CMDM)	4 (2 anuais)
	2.3 Organização e qualificação da atenção materno-infantil	3 (2 anuais)
	2.4 Enfrentamento do câncer de mama e colo de útero na população feminina	4 (4 anuais)
	2.5 Promoção dos direitos sexuais e reprodutivos	7 (3 anuais e 1 semestral)
	2.6 Produção de informações para maior efetividade das políticas públicas	7 (5 anuais)
	2.7 Fortalecer a intersetorialidade na garantia de direitos da mulher	4 (2 anuais)
Enfrentamento à Violência	3.1 Efetividade e celeridade nos processos investigativos	2
	3.2 Qualidade e integralidade no atendimento à mulher vítima de violência	13 (3 anuais)
	3.3 Sensibilização para o rompimento do ciclo da violência	5 (3 anuais)
	3.4 Promoção da intersetorialidade no desenvolvimento das ações de enfrentamento à violência e a cultura da paz	5 (3 anuais)
	3.5 Combater a prática de infrações penais contra as mulheres, baseadas no gênero, por meio de ações operacionais coordenadas da Política Civil	1 (anual)

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em NAZARENO; FARAH; COLLATUSSO; PADILHA (2022).

16

Das 87 ações, 56 tiveram o prazo anual e 1 semestral, o restante se enquadrava em outros prazos. Dessa vez, nenhuma ação teve o prazo contínuo, diferente dos dois primeiros Planos, que tiveram em ambos, algumas ações de prazo contínuo.

4 UMA ANÁLISE COMPARATIVA DOS PLANOS ESTADUAIS DE POLÍTICAS

PÚBLICAS PARA MULHERES DO ESTADO DO PARANÁ

O Plano Estadual de Políticas para Mulheres (2014-2016) foi o primeiro a ser elaborado pelo Governo do Estado do Paraná. Diferente do que foi visto nos dois planos que vieram na sequência, ele representa a transposição para o Paraná, do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2013-2015). Aprovado com um ano de atraso em relação ao nacional, que havia sido em 2013, o Plano não apresenta a seção concernente a um diagnóstico contendo demandas específicas da mulher do Paraná, nem os dados econômicos e socioambientais sobre elas, por meio dos quais pudessem fundamentar as políticas públicas propostas. Apenas descrevem-se, na metodologia e no sucinto histórico do Plano, que este foi organizado com base nas discussões e propostas aprovadas nas conferências estaduais.

Constatam-se, ainda, no Plano Estadual de Políticas para Mulheres (2014-2016) propostas muito similares às apresentadas no Plano Nacional de 2013. A política proposta diferente das nacionais refere-se às ações direcionadas para mulheres egressas do Sistema Prisional do Estado. Isto é problemático visto que, entende-se que os planos estaduais devem seguir os critérios e normas legais de planejamento do Governo Federal, porém, os estados possuem exigências diferentes entre si. Precisamente essas particularidades devem ser consideradas quando o assunto é política pública. Por exemplo, existem, no país, estados que apresentam índices de violência contra mulheres mais elevados que outros. Também, estados em que as demandas em termos de políticas públicas para mulheres relativas ao trabalho devem ter prioridade. Em outros, com características fortemente rurais ou florestais, as carências das mulheres são diferentes daquelas que vivem nas áreas urbanas, embora vivendo igualmente em situação de vulnerabilidade.

Contudo, analisando-se o Plano, em sua totalidade, nota-se que foi bem formulado, considerando que foi o primeiro Plano do Estado do Paraná, com direcionamento para o enfrentamento das desigualdades e dificuldades cotidianas vividas por grande parte das mulheres paranaenses. Mas é preciso ressaltar que é necessário um sistema de informatização e divulgação das ações desenvolvidas a partir do Plano, que possibilitasse a avaliação e o andamento de sua execução e gestão, bem como o seu monitoramento. Da mesma forma, o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres (2014-2016) por parte da sociedade civil, como previsto no seu objetivo geral, foram ações dificultadas pelo difícil acesso às informações como já mencionado. Esse não foi um ponto atingido com sucesso, devido a ser um conteúdo de imensa dificuldade com o seu acesso. Quase nada se encontra nas buscas feitas sobre a execução das propostas e ações previstas no Plano e suas diretrizes.

Em 2018, foi publicado o Plano Estadual dos Direitos da Mulher (2018-2021). Ao iniciar a sua leitura, é nítida a evolução do texto como um todo. Ele possui uma série de melhorias, a começar pela quantidade de páginas, que passou de 50 para 124. Mas, o grande destaque veio com a inclusão da seção relativa a um diagnóstico sobre a situação da mulher paranaense, o que não foi inserido no primeiro Plano. Esta nova seção foi intitulada de “ estudo situacional”. Além de fornecer fundamenta o para as ações que viriam a ser propostas no Plano, também se constitui em uma importante fonte de pesquisa para outros estudos, porque contém dados e informações importantes para a compreensão da situação da mulher em relação a demografia, questões socioeconômicas e relações de trabalho e família. Este Plano também mantém pequenos detalhes que fazem a diferença, como a Lista de Siglas.

A grande quantidade de gráficos e tabelas na seção Estudo Situacional se torna crucial para que os dados fiquem mais fáceis de serem visualizados. Além disso, esse fator prova que, de fato, houve um maior cuidado e atenção com a elaboração do segundo Plano quando se

compara ao primeiro. A construção de todo contexto que o Estudo Situacional oferece auxilia na leitura e entendimento das ações posteriormente propostas. E, essas ações são de grande magnitude no processo de planejamento, pois, o planejamento é todo um conjunto que inclui diagnóstico, prognóstico, execução e avaliação constante, de maneira ativa e dinâmica.

Além de tudo, os elaboradores foram perspicazes ao separar as Diretrizes, dos quadros de Ações, incrementando com um novo capítulo chamado “Plano de Ações”. Destacaram que o objetivo seria manter um plano de ação enxuto, com objetivos mais estratégicos, ações vinculadas a esse objetivo e metas das ações, que comprovariam a sua realização. Isso o torna um Plano mais coerente, propondo ações condizentes com as suas diretrizes e que não fossem apenas um “apanhado” de ações já antes realizadas, mas sim, que refletissem o esforço da política pública em se organizar-se para um avanço na área. .

O terceiro e, até então, último Plano elaborado, foi o Plano Estadual dos Direitos das Mulheres (2022-2025). Esse, por sua vez, surge em meio à um contexto pandêmico poucas vezes antes observado na história contemporânea. Isso fez com que os desafios para a sua elaboração fossem maiores, dado que as mulheres foram as mais afetadas com a pandemia da Covid-19, demandando maior atenção em se tratando de políticas públicas. Por decorrência da pandemia, as diretrizes deste terceiro Plano não puderam ser deliberadas e aprovadas nas conferências estaduais, como normalmente é feito, já que as conferências nacionais e estaduais foram adiadas. Neste sentido, optou-se por manter as diretrizes antes definidas no Plano Estadual dos Direitos da Mulher (2018-2021), expressando a prioridade da gestão para os próximos anos.

Como as diretrizes se mantiveram as mesmas expressas no Plano anterior, fica evidente a maior clareza com a qual este Plano foi idealizado. As ações propostas chamam a atenção por estarem melhor direcionadas que as dos planos anteriores e evidenciam a necessidade de maior cuidado com a violência feminina, sobretudo depois da pandemia da Covid-19, que realçou essa demanda. Ao final, no Apêndice A inova, mais uma vez, ao adicionar uma “Linha do tempo sobre a política de direitos das mulheres”. Essa linha do tempo exhibe conquistas relativas às causas femininas desde o ano de 1827. Das 233 páginas do Plano, 157 são sobre o diagnóstico, presente no “Estudo Situacional”. Isso coloca este Plano bem acima dos demais, com um material grandioso de informações sobre o Estado do Paraná, referentes às mulheres e suas demandas, que podem ser úteis de diversas formas, em especial para novos estudos e novas propostas de políticas públicas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados do estudo mostraram que houve avanços na elaboração dos planos tanto técnicos, quanto em termos de inclusão de novas demandas e sujeitos de direitos. Quanto ao conteúdo dos três planos, o Plano Estadual de Políticas para Mulheres (2014-2016) dá ênfase às políticas voltadas ao enfrentamento da violência contra a mulher e à sua autonomia econômica, por meio da oferta de programas e ações que possibilitassem a sua inserção, valorização e manutenção no mercado de trabalho. O que é muito importante para a redução da vulnerabilidade social da mulher paranaense podendo se transformar em instrumento de efeitos virtuosos em outros setores de sua vida.

Não há dúvidas de que o segundo documento, o Plano Estadual dos Direitos da Mulher (2018-2021) trouxe avanços em relação ao primeiro. Este foi tecnicamente melhor formulado, ao ser produzido a partir de um sólido diagnóstico sobre as condições de vida da mulher paranaense, o que resultou em diretrizes e propostas de ações que não apenas

esperança de dias melhores e avanços nas conquistas femininas.

Quanto ao Terceiro Plano, embora tenha replicado, em várias partes, as questões relativas ao primeiro e ao segundo plano, em razão das medidas de isolamento exigidas pela pandemia Covid -19, tem o mérito de ser mais completo que os seus antecessores quanto às partes relativas ao diagnóstico ou “ estudo situacional” e às ações propostas. Novas demandas e sujeitos de direitos foram incluídos. As questões relativas aos direitos reprodutivos femininos, a pobreza menstrual e o aborto são exemplos disto. No caso do aborto, o Plano apontou que, entre 2008 e 2020, foram registradas no Paraná 121.573 internações em decorrência de abortos espontâneos e com outras gravidezes com terminaram em aborto.

Quanto à gestão, monitoramento e avaliação dos planos, embora os três apontem para esta questão, o segundo e o terceiro Plano são mais claros em suas propostas, inclusive indicando a construção de indicadores para este fim. O problema observado desde o Plano Estadual de Políticas para Mulheres (2014-2016) é que existem sérias dificuldades para a realização das análises dos seus resultados e execução, pela dificuldade na obtenção dos dados. Isso, inclusive, é reafirmado no Plano Estadual dos Direitos das Mulheres (2022- 2025). É difícil saber, por exemplo, que ações foram efetivamente executadas, quais não foram e por quê. Estes dados não estão disponíveis, de maneira clara e transparente, nos *sites* dos órgãos e secretarias do governo estadual, responsáveis pela elaboração, execução, gestão, monitoramento e avaliação. Apesar desta dificuldade, assume-se que a criação de órgãos, conselhos, delegacias e secretarias especificam para o tratamento das questões ligadas à mulher do Estado do Paraná tanto na esfera do governo estadual, quanto dos governos municipais, significam avanços na redução das desigualdades de gênero e, conseqüentemente, na ampliação do exercício dos direitos das mulheres e de cidadania.

O que se espera é que as ações propostas nos planos sejam efetivamente implantadas e que se torne possível, por meio da melhoria de um sistema estadual de informações, fazer o monitoramento constante porque o que se observa é que a pauta feminina ainda é longa pelo histórico patriarcal e machista de violência e desigualdade. Que ainda não foi rompido na atualidade. Todas as mulheres estejam elas em áreas rurais, periféricas ou urbanas. Todas, só querem e precisam de equidade, igualdade e respeito.

6 REFERÊNCIAS

ALVARENGA, D. G1. Mulheres ganham em média 20,5% menos que homens no Brasil. **Dia das mulheres**, [S./], p. 1-1, 8 mar. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/dia-das-mulheres/noticia/>. Acesso em: 15 out. 2022.

AVILA, Milena. **Colonialidade e decolonialidade**: você conhece esses conceitos?. Disponível em: <https://www.politize.com.br/colonialidade-e-decolonialidade/>. Acesso em: 12 fev. 2023.

BEZERRA, J. **Feminismo no Brasil**. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/feminismo-no-brasil>. Acesso em: 21 out. 2022. BLEY, R. B; VIEIRA, A.R; RAYMUNDO, L. R. **Plano Estadual de Políticas para Mulheres (2014-2016)**. Curitiba: SEJCDH, 2014. Disponível em: <http://pr.gov.br/>. Acesso em: 29 jan. 2023.

CAMPELLO, T; NERI, M. C. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. **Sumário Executivo**. Brasília: IPEA, 2014. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Livros/Bolsa10anos_Sumex_Port.pdf. Acesso em: 02 mar. 2023.

CARVALHO, M, H. de. **Introdução à teoria do planejamento**. São Paulo: Brasiliense. 1979.

FAGUNDEZ, I.; MENDONÇA, R. **Como primeira ‘presidenta’, Dilma deixou algum legado para as mulheres?** 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil/37226797>. Acesso em: 15 out. 2022.

FAHS, A. C. S. **Movimento Feminista: história no Brasil**. 2016. Disponível em: <https://www.politize.com.br/movimento-feminista/>. Acesso em: 15 out. 2022. FARRAH, M. Gênero e políticas públicas. **Estudos Feministas**. Florianópolis: UFSC, v. 12, n. 1, p.47-71, 2004.

IZEPÃO, R. L.; CELESTE, C. S. Mulher e Trabalho: uma avaliação dos planos estaduais de políticas públicas para mulheres do estado do paraná – brasil (2014-2021). **A Economia em Revista - AERE**, v. 30, nº 1, 1 dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.uem.br>. Acesso em: 08 fev. 2023.

MACÊDO, S. **Políticas Públicas: o que são e para que existem**. Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe. (ALES). Sergipe, 16 nov. 2018. Disponível em: <https://al.se.leg.br>. Acesso em: 15 out. 2022.

MENDONÇA, I. P.; SANTOS, V. C. Políticas públicas para as mulheres: indicações apresentadas no Plano Nacional brasileiro. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Vitória, v. 1, nº 1, 21 maio 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/23493>. Acesso em: 28 fev. 2023.

NAZARENO, L. R. de; FARAH, S. A. F; COLLATUSSO, G. V; PADILHA, K. P. **Plano Estadual dos Direitos das Mulheres (2022-2025)**. Curitiba: CEDM/PR, 2022. Disponível em: <http://repositorio.londrina.pr.gov.br/index.php>. Acesso em: 29 jan. 2023.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Histórico da pandemia de COVID-19**. OPAS, 2023. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em: 01 fev. 2023.

OTTO, C. **O feminismo no Brasil: suas múltiplas faces**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 119 (Coleção História do Povo Brasileiro).

PONTES, D.; DAMASCENO, P. Políticas Públicas para mulheres no Brasil: avanços, conquistas e desafios contemporâneos. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds congress **Anais Eletrônicos**, Florianópolis, 2017. <http://www.en.wwc2017.eventos.dype>. Acesso em: 28 fev. 2023.

RÁDIO MARINGÁ. **Prefeito de Maringá cumpre agenda no Ministério da Mulher**. Maringá, 2023. Disponível em: <https://radiomaringa.com.br/noticia/1341861>. Acesso em: 15 fev. 2023.

REZENDE, D. L. **Mulher no poder e na tomada de decisões**. Brasília: IPEA, 2020. cap. 7, p. 299-367. ISBN 978-65-5635-010-3. Disponível em:

<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10319>. Acesso em: 29 jan. 2023. SANTOS, R; REZENDE, T. Z; MARTINS, M. B. **Plano Estadual de Direitos da Mulher (2018-2021)**. Curitiba: SEJCDH, 2018. Disponível em: <http://pr.gov.br/>. Acesso em: 29 jan. 2023.

SILVA, I. V. **Políticas públicas de trabalho para a mulher na cidade de Volta Redonda**. 63f. (Monografia). Graduação em Administração Pública. Volta redonda: UFF, 2015.

ROBERTO COCHRANE SIMONSEN: ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA¹

Rosalina Lima Izepão²
Israel Rodrigues Pereira³

ÁREA 01: HISTÓRIA ECONÔMICA, ECONOMIA POLÍTICA E METODOLOGIA**JEL: P10****RESUMO**

Os estudos relativos ao tema industrialização no Brasil são variados e abrangem os mais diversos aspectos, setores, contextos espaciais e temporais. As evidências denotam que há um consenso de que a industrialização brasileira se desenvolveu num processo lento e gradual, fruto de muitas lutas, disputas e acordos entre os vários grupos de interesses desde a fase colonial, passando pelo seu desabrochar nos anos 1930-1950, já no período republicano até a sua consolidação nos dias atuais. Contemporaneamente adiciona-se, ainda, a temática desindustrialização. Não importa o aspecto, não há como negar que foram diversas as forças históricas determinantes para o desenvolvimento industrial do País, até que este setor se tornasse predominante na geração de emprego e renda nacional. Da mesma forma, embora existam inúmeras pessoas que contribuíram, significativamente, para este processo uma delas é, sem dúvida, Roberto Cochrane Simonsen (1889-1948). Neste sentido, o objetivo do presente artigo é analisar as contribuições teóricas e práticas deste industrialista ao processo de industrialização brasileiro. Metodologicamente trata-se de uma pesquisa bibliográfico-descritiva. Os resultados parciais deste estudo mostram que Simonsen foi um homem do seu tempo. De um lado têm-se as grandes contribuições ao movimento industrialista brasileiro com produções teórico-intelectuais importantes, entre as quais se destacam as obras na área de História Econômica e do planejamento governamental no Brasil. Do outro se tem as ações práticas ligadas ao empresariado nacional, resultando na criação de importantes instituições em defesa da indústria do País, nas quais citam-se o CIESP, FIESP, SENAI e SESI. Destacam-se, ainda, sua atuação política como deputado e senador, além de grande empresário e banqueiro.

Palavras-chave: Brasil. Roberto Simonsen. Industrialização. Teoria. Prática

ABSTRACT

Studies related to industrialization in Brazil are varied and cover the most diverse aspects, sectors, spatial and temporal contexts. Evidences indicates a consensus that Brazilian industrialization developed in a slow and

¹ Resultados parciais da pesquisa realizada por meio do Projeto “Roberto Cochrane Simonsen (1889-1948): contribuições teóricas e práticas ao movimento industrialista brasileiro”.

² Profa. Associada do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Maringá – rlizepao@uem.br.

³ Acadêmico do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Maringá – ra124405@uem.br.

gradual process, the result of many struggles, disputes and agreements between the various interest groups since the colonial age, passing through its blossoming in the years 1930-1950 already in the republican era, until its consolidation in the 1960s. Contemporaneously, deindustrialization is also part of discussions. Regardless of the aspect, there is no denying that there were several historical forces that determined the country's industrial development, until this sector became predominant in the national economy. In the same way, although there are countless people who contributed to this process, one of them is undoubtedly Roberto Cochrane Simonsen (1889-1948). In this regard, the aim of this study is to analyze the theoretical and practical contributions of this industrialist to the Brazilian industrialization process. Methodologically, it is a bibliographic-descriptive research. The results of the study showed that Simonsen was a man of his time. On one hand, there are contributions to the Brazilian industrialist movement, with important theoretical-academic productions, notably in areas linked to economic history and government planning. On the other hand, his practical performance in actions related to the national business community stands out, resulting in the creation of important institutions in defense of the country's industry, among which are cited: CIESP, FIESP, SENAI and SESI. In addition to being an industrialist, banker, agro-exporter, he stood out in the political field as a Federal Deputy and Senator.

Key-words: Brazil. Roberto Simonsen. Industrialization. Theory. Practice.

1 INTRODUÇÃO

Existe diversas correntes interpretativas a respeito das origens do desenvolvimento industrial brasileiro e, da mesma forma, uma diversidade de estudos publicados a respeito das pessoas que contribuíram neste processo, desde os tempos coloniais até os dias atuais. Isto porque, diferente dos países de industrialização clássica de meados do século XVIII e as chamadas retardatárias, do século XIX, a industrialização brasileira ocorreu num processo lento e gradual, fruto de muitas lutas, disputas e acordos entre os vários grupos de interesses da sociedade desde a época colonial, passando pela imperial até a republicana.

Estas forças históricas foram, sem dúvida, determinantes para o seu desabrochar embora com impressionante atraso em relação às economias desenvolvidas. Muitas foram as correntes teóricas, as práticas e as políticas desenvolvidas até que o processo industrial e industrializante se consolidasse no país.

Em todos os períodos históricos existiram grupos e indivíduos que defenderam a industrialização no Brasil e outros que se manifestaram contrários à mesma, por razões variadas. Nos anos 1940, por exemplo, ficaram muito conhecidas as discussões e debates entre os chamados industrialistas e os defensores do Brasil com vocação agrícola. O grande destaque foi ao que se denominou “Controvérsias do planejamento da economia brasileira⁴” entre Roberto Cochrane Simonsen (1889-1948) e Eugênio Gudín Filho (1886-1986). O primeiro era defensor da industrialização, do planejamento e do intervencionismo estatal, o segundo liberal e defensor do setor agrícola. Roberto Simonsen está entre os principais autores clássicos, cujas ideias e ações práticas devem ser estudadas quando se trata dos temas industrialização brasileira e planejamento.

Neste sentido, o presente artigo tem como objetivo analisar as contribuições teóricas e práticas de Roberto C. Simonsen (1889-1948) ao processo de industrialização brasileiro. O que se pretendeu, com o estudo, foi saber, nos caminhos acadêmicos e profissionais traçados por este industrialista, suas contribuições ao país. O escopo da análise é, portanto, somente a corrente que defendia a industrialização, da qual Simonsen fazia parte, embora se saiba da existência de grupos contrários.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa que pode ser caracterizada, por seus objetivos, como bibliográfico- descritiva, onde foram utilizadas fontes impressas e obtidas em

⁴ Sobre este debate ver Simonsen e Gudín (2010). A publicação original foi realizada em 1977, também pelo IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

web sites tais como: livros, teses, dissertações e artigos científicos escritos por Simonsen e por seus estudiosos e interpretes. Destaca-se que, no presente artigo, estão sendo apresentados os resultados parciais da pesquisa que se encontra em andamento.

O artigo encontra-se estruturado em três seções, além da Conclusão. Na primeira tem-se esta Introdução, na segunda é apresentada uma nota sobre a vida e obra de Roberto Simonsen e na terceira são evidenciadas suas contribuições teóricas e práticas para a compreensão e para o desenvolvimento brasileiro, em especial no que se refere à industrialização, sua evolução, preceitos e ditames.

2 ROBERTO COCHRANE SIMONSEN: UMA NOTA BIOGRÁFICA

2.1 POR QUE ESTUDAR SIMONSEN NOS DIAS ATUAIS?

É comum encontrar publicações, nos mais variados campos do conhecimento, a respeito da indústria e do processo brasileiro de industrialização. Na atualidade tem crescido, também, a divulgação de um conjunto de estudos sobre autores que têm sido denominados “interpretes” do Brasil, em razão das suas significativas contribuições à compreensão do desenvolvimento brasileiro. Entre estes autores, considerados clássicos, têm-se destacado Caio Prado Júnior, Celso Furtado e o próprio Roberto C. Simonsen que é anterior aos dois primeiros. Portanto, qualquer estudo que se refira a tais autores é plenamente justificável, considerando-se o inesgotável conhecimento produzido pelos mesmos.

Ainda sobre Roberto C. Simonsen, um elemento a ser destacado e que justifica a realização de estudos, de qualquer natureza, além de homenagens e distinções reside no fato deste ter se dedicado não somente à construção teórica, mas, também, por ter colocado em prática suas ideias. Para alguns, a serviço do capital, para outros da sociedade como um todo. Neste sentido, Simonsen atuou como engenheiro, professor, político, industrial, educador, historiador e criador de diversas instituições, importantes para a modernização do País. Criticado por algumas correntes por defender o capital, para outro visto como visionário e à frente do seu tempo, o fato é que a sua curta vida terrena não passou em “branca nuvem”.

Quando se fala em Simonsen está-se tratando de um verdadeiro intelectual prático, que sempre esteve nas regiões limítrofes entre a teorização científica e a prática política, o que o tornou um grande operário ideológico-retórico e viabilizador político da industrialização da economia brasileira. Como se verá a seguir, Simonsen exerceu funções tão diversas entre si, que se poderia dizer que viveu várias vidas dentro da sua própria: foi engenheiro, banqueiro, industrial, empresário da construção civil, jornalista, historiador, fundador da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, professor universitário, líder empresarial, fundador do Centro das Indústrias de São Paulo (CIESP) e presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), político tendo exercido cargos de deputado, senador e conselheiro do presidente Getúlio Vargas durante o Estado Novo (1937 – 1945).

2.2 NOTA BIOGRÁFICA

Roberto Cochrane Simonsen nasceu em 18 de fevereiro de 1889. Sua mãe, Robertina da Gama Cochrane, foi uma brasileira cuja origem é de uma tradicional família judaica composta, no Brasil, de engenheiros, militares, diplomatas e altos funcionários do Governo. Seu pai foi o inglês, nascido em Londres, Sidney Martin Simonsen, que veio ao Brasil aos 25 anos para gerenciar um banco inglês.

Nascido, portanto, em uma família de grande poder financeiro, pertencente à abastada elite brasileira, Roberto Simonsen pode frequentar ótimas escolas e obter uma sólida

formação acadêmica. Coursou o primário no Colégio Tarquínio da Silva, em Santos, e o secundário no colégio Anglo Brasileiro. Influenciado pelo avô materno, o engenheiro Wallace Cochrane, escolheu a mesma profissão. Em 1909, formou-se Engenheiro Civil com distinção e louvor, aos 21 anos, pela Escola Politécnica de São Paulo.



Fonte: FEA/USP (s.d).

No mesmo ano, isto é, 1909, iniciou sua carreira profissional na multinacional do transporte ferroviário, *Southern Brazil Railway Company*, atual linha Santos a Juquiá, Sorocabana. Tornou-se Diretor Geral de Obras da Prefeitura de Santos e engenheiro-chefe da Comissão de Melhoramentos do Município. (FEA/USP, s.d, LIMA, 1976)

Em 1911, casou-se com Raquel Cardoso, com quem teve quatro filhos. No ano seguinte, aos 24 anos, exonerou-se do cargo na prefeitura de Santos e, juntamente com um grupo de investidores, fundou sua primeira empresa a Companhia Construtora de Santos que chegou a ter vários empreendimentos auxiliares, tais como: a Companhia Santista da habitação Econômica e a Companhia Brasileira de Calçamentos, além de outras de menor porte. Em todos os seus empreendimentos procurava por em prática o método taylorista⁵ de racionalização do trabalho, isto é, o *scientific management*. (LIMA, 1976)

Em 1916, fundou e presidiu o Centro dos Construtores e Industriais de Santos. Um sindicato patronal de construtores e de industriais que tinha por objetivo oferecer assistência tanto aos empresários, quanto aos operários da indústria e da construção civil da cidade de Santos.

Em 1919, Simonsen tomou parte na Conferência Internacional do Trabalho em Washington (EUA). Nessa época, aproximou-se do historiador e homem público João Pandiá⁶

⁵ Teoria criada pelo engenheiro norte americano Frederick Taylor (1856 – 1915), por meio da qual se organiza hierarquicamente e de maneira sistematizada uma atividade específica do setor produtivo, de modo a obter dos trabalhadores, o cumprimento da tarefa, em menor tempo possível, premiando os que mais se destacam. O objetivo é privilegiar e ampliar a acumulação de capital.

⁶ João Pandiá Calógeras foi engenheiro, geólogo, deputado federal e Ministro da Agricultura, Comércio e Minas de Energia, em 1914, Ministro da fazenda em 1916 e Ministro da Guerra durante a presidência de Venceslau Brás (1914 – 1918), portanto, durante o período em que ocorreu a I Guerra Mundial.

que o nomeou membro da Missão Brasileira que faria uma visita técnica ao parque industrial britânico, visando obter conhecimento sobre a experiência inglesa para implementação das práticas possíveis ao parque industrial brasileiro, em formação. A missão foi um sucesso e, em setembro do mesmo ano, Simonsen foi nomeado “delegado único” a representar o Brasil no Congresso Internacional dos Industriais do Algodão realizado na França.

No ano de 1921 assinou, por meio de sua construtora, convênio com o Governo Federal para a construção de quartéis em várias partes do País, dos quais se destacam os de Pirassununga, em São Paulo; Campo Grande, em Mato Grosso do Sul e Joinville, Santa Catarina. As obras foram entregues no prazo e com qualidade inquestionável. (FEA/USP, s.d)

Em 1923, adquiriu a Cerâmica São Caetano, uma empresa fabricante de telhas, ladrilhos e tijolos refratários. Esta indústria chegou a se destacar como a maior no ramo em âmbito nacional. No ano de 1928 participou, ativamente, da criação do Centro das Indústrias de São Paulo (CIESP).

Quanto à Chamada “Revolução de 30⁷”, que pôs fim à hegemonia da elite cafeeira, por meio da deposição de Washington Luís e auxiliou na ascensão de Getúlio Vargas à presidência do país, Simonsen atuou como agente financeiro intermediário do grupo norte americano *Lazard Brothers*, por meio da empresa bancária Murrey, Simonsen & Cia LTDA, efetuando empréstimos para a lavoura cafeeira. Assim, foi acusado de atuar contra os interesses nacionais, chegando a ser preso. Mas, após 15 dias, por falta de provas foi libertado e “isento de culpa e pena”, segundo Vieira (1987: 49 apud ROMPATTO, 2011).

Em 1932, Simonsen apoiou a Revolução Constitucionalista, levante organizado pelas elites oligárquicas paulistas contra a gestão administrativa do presidente Getúlio Vargas visando entre outras coisas, a retomada do poder político e a redução do domínio dos tenentes por meio da elaboração de uma nova Constituição. O resultado foi a formação de uma Assembleia Constituinte, em maio de 1933 e, em 1934, foi promulgada a nova Constituição. Por este apoio, ainda em 1932, exilou-se na Argentina, para evitar as retaliações do poder constituído.

No ano seguinte, 1933, Simonsen retornou da Argentina para o Brasil e à militância política. No mesmo ano criou a Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), de ensino superior, cujo objetivo principal era desenvolver estudos direcionados à compreensão e ao desenvolvimento do Brasil. Além de criar a referida Escola, foi destacado professor lecionando a disciplina de História da Economia, no curso de Ciências Sociais e Políticas. Em meados de 1933, mesmo envolvido nos assuntos acadêmicos e da docência, Simonsen tornou-se presidente do Instituto Nacional de Engenharia de São Paulo. Assumiu, ainda, um cargo no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio se tornando um dos quatro representantes patronais na Assembleia Constituinte de 1934, que representaram todo o País.

Foi deputado federal de 1933 até 1937. Juntamente com Horácio Lafer, Siciliano Jr e Ranulfo Lima, defendia na bancada, o conjunto de interesses políticos das elites oligárquicas paulistas, às quais representavam e favoreciam (GOMES, 1979). Chegou a aproximar-se do Integralismo, um movimento de extrema-direita de ideologia política de caráter nacionalista e fascista fundado em 1932, por Plínio Salgado. Durante dois anos participou de reuniões em São Paulo e Rio de Janeiro, auxiliando Plínio Salgado em seus primeiros atos públicos. Anos mais tarde, arrependeu-se de tê-lo feito⁸, e reconheceu os profundos erros presentes no movimento, passando, então, de um antigo adepto para principal combatente. (CARONE, 1971)

⁷ Sobre a Revolução de 30 ver Fausto (2007).

⁸ Inclusive pela aparente contradição em fazê-lo, haja vista que o Integralismo era particularmente antisemita, e a mãe de Simonsen como se sabe era judia.

Em 1935, após discussão acalorada com Gustavo Barroso acerca do sionismo⁹, Simonsen rompeu formalmente com a Ação Integralista Brasileira (AIB). No entanto, se manteve ao lado de Getúlio Vargas, na intenção de conquistar a confiança e o crédito do presidente e, assim, dispor suas teses sobre a necessidade de industrialização do Brasil, para que fossem plenamente praticadas. Simonsen acreditava ser possível, mediante a industrialização do País, aumentar a renda do operariado e criar uma camada média entre a burguesia industrial e o proletariado. O que poderia, além de melhorar a vida de todos, amenizar o conflito entre capital e o trabalho. Ideia congruente para quem o fordismo seria a fórmula, aumentando os rendimentos do trabalho, sem diminuir por outro lado, os lucros dos empresários. (LIMA, 1976)

Um dos resultados desta sua política de “boa vizinhança” com Getúlio Vargas foi a encomenda feita pelo presidente da República, juntamente com o Conselho Federal do Comércio Exterior para que Simonsen, em parceria com alguns industriais, providenciasse um estudo relativo às potencialidades econômicas relativas à implantação de um salário mínimo no Brasil. O produto deste estudo foi publicado em 1937, sob o título de “A indústria em face da economia nacional”. (ROMPATTO, 2011)

No mesmo ano, isto é, 1937, Simonsen, perdeu seu mandato de deputado em razão da ruptura política e constitucional que ocorreu após o golpe de estado aplicado por Getúlio Vargas¹⁰, em 10 de novembro de 1937, que resultou na instalação do chamado Estado Novo (1937-1945), período ditatorial que perduraria até 29 de outubro de 1945. Este golpe teve por motivação a necessidade de centralização e de manutenção do seu governo, que tinha como empecilho a própria Constituição de 1934, que estabelecia eleições diretas para presidente da República em 1938. E Vargas, não podendo concorrer à reeleição, pois havia sido eleito em 1934, usou a retórica alarmista acerca de uma suposta “ameaça comunista”, ampliando, por meio do golpe, o seu poder na presidência. Para isto, o presidente usou como instrumento decretos como a Lei da Segurança Nacional de 1935 para finalmente executar o golpe de estado que o manteria na presidência da República até 1945. Após estes episódios, Simonsen retornou fortemente à presidência da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), um desdobramento do CIESP, fundado por ele em 1928. (ROMPATTO, 2011)

Em 1938, por inspiração de Roberto Simonsen, o presidente Getúlio Vargas sinalizou afirmativamente para as políticas de realização do modelo chamado de Industrialização por Substituição de Importações (ISI), que mais tarde seria adotado pela Comissão Econômica para América Latina e, atualmente, Caribe (CEPAL) criada em 1948. Este modelo de industrialização foi predominante no Brasil até 1960. Trata-se de um processo de industrialização que pode ser caracterizado por uma industrialização “fechada”, ou seja, “voltada para dentro” visando, prioritariamente, o mercado interno e dependente de políticas governamentais que protegessem a indústria nacional, em relação aos seus concorrentes internacionais.

Durante todo este período, Simonsen manteve uma intensa produção acadêmica. Em 1939, já consolidado intelectualmente, recebeu uma cadeira na Academia Paulista de Letras. Em 1942, fundou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), destinado a formação de mão de obra especializada para a nascente indústria de base.

No ano seguinte, em 1943, Simonsen organizou com a participação do empresariado, a viabilização política e econômica da construção da Usina Siderúrgica de Volta Redonda. No final do Estado Novo, estava atuando como liderança da campanha pela Planificação da

⁹ Foi um movimento político que se manifestou no final do século XIX, no seio da comunidade judaica europeia, que defendia a “restauração” de um Estado nacional judeu independente e soberano.

¹⁰ A chamada “Era Vargas” teve três fases: Governo Provisório (1930-1934); Governo Constitucional (1934-1937) e o Estado Novo (1937-1945), uma forma de governo ditatorial. Em 1951 voltou a presidir o país, eleito pelo voto direto. Seu mandato terminou com seu falecimento, em 1954.

Economia Nacional, empreendida dentro do Conselho Nacional de Política Industrial e Comércio (CNPIC).

Em 1945, após o fim do Estado Novo, no processo de reordenamento da vida democrática do país, Simonsen foi eleito senador pelo Partido Social Democrático (PSD) de São Paulo. Em campanha histórica, venceu ninguém menos que o artista plástico Cândido Portinari do Partido Comunista Brasileiro (PCB). (ROMPATTO, 2011)

Em 1946, no pós II Guerra Mundial (1939-1945), contribuiu para a criação do Serviço Social da Indústria (SESI), capitaneado, também por outro industrial, o Euvaldo Lodi (SESI/SP, s.d). Atualmente esta instituição atua nas 27 unidades da federação, sob a supervisão da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que também é responsável pelo Senai e pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL). Atua nas áreas de assistência social, cultura, lazer, educação e saúde direcionadas aos funcionários da indústria, seus familiares e à sociedade.

Em 1947, como vice-presidente da seção brasileira do Conselho Interamericano de Comércio e Produção, atuou na reunião de outubro, defendendo a tese de um plano Marshall¹¹ para América Latina. Faleceu em 25 de março de 1948, vítima de um ataque cardíaco, enquanto discursava na Academia Brasileira de Letras, da qual era membro desde 1930. Naquela ocasião ocupava vários cargos. Além de Senador, era presidente da Confederação Nacional das Indústrias e vice-presidente do Conselho Superior da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP).

3 CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO - PRÁTICAS

3.1 A MISSÃO BRASIL- INGLATERRA

Em 1919, Simonsen tomou parte na Conferência Internacional do Trabalho ocorrida, em Washington, nos Estados Unidos da América. Nessa época, aproximou-se de João Pandiá Calógeras, engenheiro, político e ministro de Estado que o nomeou membro da comissão brasileira para participar de uma visita técnica, Missão Brasil – Inglaterra, ao parque industrial britânico, para obter conhecimentos sobre a experiência inglesa, visando a implementação das práticas possíveis ao parque industrial brasileiro, em fase inicial de formação. No Brasil, havia, nesta época, uma ala industrialista da qual Simonsen fazia parte e que se esforçava para que o país saísse da condição de economia agroexportadora para uma industrial.

Os problemas para a implantação de um modelo industrial no País eram os mais variados, em 1919. A começar pelo fato de nesta época, na Chamada Primeira República (1889 – 1930), o Brasil estar sendo governado pelos grupos de interesses ligados à oligarquia agrária. Juntavam-se a estes elementos, outros fatores, tais como: a carência de mão de obra qualificada para o atendimento ao setor industrial; os poucos recursos financeiros para investimentos; a existência de uma ínfima infraestrutura, com destaque para os setores energético, transporte e comunicação, sem os quais não haveria possibilidade de industrialização; a falta de conhecimentos tecnológicos, entre outros. (IZEPÃO, 2013)

Pesava sobre os elementos já citados, o fato do Brasil estar atrasado industrialmente falando, em relação aos países desenvolvidos, tanto em relação aos que passaram pela chamada I Revolução Industrial, a inglesa, de meados do século XVIII, como os da II

¹¹ Plano Marshall ou Programa de Recuperação Europeia foi um programa de auxílio financeiro oferecido pelos Estados Unidos da América, aos países europeus de 1948 até 1951. Foi realizado por meio de assistência técnica e financeira para ajudar a recuperação dos países europeus destruídos pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Também tinha como objetivo não deixar que certos países passassem à influência do socialismo. Por esse motivo, foi uma forma de estabilizar o capitalismo na Europa Ocidental, bem como garantir a integração dos países europeus. O Plano Marshall leva o nome do general George Catlett Marshall (1880-1959), secretário do Estado dos EUA durante o governo de Henry Truman (1884-1972).

Revolução Industrial, do século XIX. Entende-se neste estudo que, em se tratando de 1919, o melhor modelo para o Brasil não seria o inglês, mas o das chamadas industrializações retardatárias, do século XIX.¹²

No entanto, apesar das limitações no processo de crescimento econômico do País e do seu atraso industrial, não se pode negar a importância desta troca de conhecimento obtida por meio de uma missão como a citada. Simonsen participou da Missão Brasil-Inglaterra, em 1919, e não somente trouxe os relatos das experiências verificadas *in loco* e das inovações para o setor, como também produziu efeitos multiplicadores das ideias industrialistas, por meio dos seus discursos e escritos, projetando-as em nível nacional. Na esteira dos temas tratados por Simonsen estavam: a sua defesa à formação técnica dos trabalhadores, em substituição ao bacharelismo; a necessidade de melhorias na produção e na produtividade brasileira; a exploração do carvão como fonte energética para redução dos custos industriais do setor, o que, segundo Simonsen pressionava os salários, além das questões comerciais.

Segundo Curi e Saes (2014), em se tratando do comércio, os assuntos tratados estavam ligados à indústria da carne, madeira e a metalurgia. Além da isenção de direitos alfandegários para importação de equipamentos, máquinas e utensílios não fabricados no Brasil, importantes para a criação de cinco frigoríficos no País, voltados ao congelamento de carnes para exportação. Segundo os autores, tratava-se, portanto, de “[...] um projeto de modernização no sentido da sofisticação dos padrões de consumo e da racionalização produtiva, no âmbito da divisão internacional do trabalho tradicional...” (CURI; SAES, 2014:339). Ou seja, como já dito, transposição para o Brasil do modelo industrial clássico inglês. Outras missões vieram a partir desta, a exemplo da Missão Brasil- França, onde Simonsen também representou o País.

3.2 O EMPRESÁRIO E INDUSTRIAL

Durante a década de 1920 Simonsen esteve à frente da sua Construtora em Santos e, por meio da qual realizou importantes obras públicas, entre as quais se destacam a construção de quartéis e hospitais para o exército brasileiro, em trinta e seis cidades e nove estados. Entre as obras urbanas se destacam as de infraestrutura ligadas ao funcionamento de bondes, água, esgoto, pavimentação asfáltica e calçamentos. Sobre tais obras foi destacada a qualidade, a pontualidade na data de entrega e a lisura no uso dos recursos públicos. Segundo Lima (1976: 160) “nenhuma delas ultrapassou o orçamento realizado”. O estádio Urbano Caldeira, a famosa “Vila Belmiro”, que abriga o Santos Futebol Clube também está entre as obras. Ainda em Santos, criou a Companhia Santista de Habitações Econômicas, por meio da qual construiu inúmeras casas que, a princípio, foram destinadas à venda para a classe de baixa renda, mas, que acabaram sendo adquiridas pela população de classe média, pela insuficiência de renda da primeira. Também foi responsável pela construção do edifício da Bolsa Oficial do Café. (FEA, s.d)

No que se refere às atividades industriais, propriamente ditas, foi somente no final dos anos 1920 que Simonsen passou a se preocupar e manifestar interesse no seu desenvolvimento, em âmbito nacional. Entre 1926 e 1927 organizou a Companhia Nacional da Borracha, criou a Companhia Nacional de Artefatos de Cobre, presidiu a Companhia de Cerâmica São Caetano S/A comprada, em 1923, e ainda adquiriu a Fábrica de Tecidos Santa Helena. Concomitante a tais atividades presidiu o Sindicato Nacional de Combustíveis Líquidos. (LIMA, 1976)

A Companhia de Cerâmica São Caetano, na sua época, se tornaria na maior e mais respeitada empresa do ramo e seus produtos como ladrilhos, tijolos, telhas e refratários foram

¹² Sobre a industrialização do século XIX, isto é, a Segunda Revolução Industrial ver Saes e Saes (2013)

considerados de excelente qualidade. Em 1942, Simonsen inaugurou a Divisão de Refratários da Cerâmica São Caetano visando atender a demanda da Companhia Nacional de Fiação e Tecelagem de São Paulo. Simonsen investiu, ainda, em empreendimentos agrícolas ligados ao algodão e fiação, e, também em ramos industriais ligados à frigoríficos. (FEA, s.d)

3.3 LIDERANÇA EMPRESARIAL E INDUSTRIAL

As realizações de Simonsen, paulatinamente, tornaram-no líder do empresariado regional e, mais tarde, nacional. Essa liderança deu sinais, primeiramente, em 1916, com a fundação do Centro dos Construtores e Industriais de Santos e consolidou-se, com maior força, em 1928, com a fundação do Centro das Indústrias de São Paulo (CIESP), entidade civil, sem fins lucrativos. No ano de sua criação, a indústria têxtil de lã e algodão reclamava ao Governo Federal, uma elevação na tarifa alfandegária. Assim, quase promoveu um atrito entre os interesses da indústria e do comércio, mas que logo foi sanado. Segundo Luz (1961:155): “A inauguração do Centro das Indústrias de São Paulo veio revelar um novo **líder, não só da classe, como também do pensamento industrial brasileiro – Roberto Simonsen.**” (Grifo Nosso). Segundo Luz (1961), no discurso de inauguração do CIESP, Simonsen utilizando-se dos princípios teóricos da Ciência Econômica, defendeu uma política industrial nacionalista, por meio da qual o Brasil poderia realizar sua autonomia econômica. De acordo com Luz, Simonsen trazia de novo, em seu discurso, o conceito de função social da indústria:

‘possuindo este país um Parque Industrial eficiente, na altura do seu desenvolvimento agrícola’, pois ‘a grande indústria por toda parte do mundo em que se instala traz como corolários, o aumento de salários, o barateamento relativo de produtos, o enriquecimento social e o aumento da capacidade de consumo.’ (LUZ, 1961:155)

Atualmente, o CIESP, que tem sede em São Paulo, capital, continua forte e atuante congregando indústrias e associações ligadas ao setor produtivo, além de empresas cujos interesses estão relacionados ao ramo industrial. Sua atuação se estende ao interior do Estado de São Paulo, por meio de 42 diretorias regionais, municipais e distritais atendendo a mais de 08 mil empresas associadas. Além dos serviços prestados aos associados ligados às assessorias técnicas, econômicas, jurídicas, infraestruturais, tecnológicas e creditícias, oferece, aos associados, simpósios, feiras, rodadas de negócios, cursos, convênios, entre outros. (CIESP, 2023).

Foi a partir de então que Simonsen assumiu o *status* de líder regional, na vanguarda nos interesses industriais paulistas, liderando um grupo que tinha entre seus membros os empresários Jorge Luís Gustavo Street e Francisco Matarazzo. O primeiro foi médico e industrial brasileiro do ramo têxtil que se destacou como um dos promotores do movimento em defesa do desenvolvimento industrial no Brasil no governo de Afonso Pena. Jorge Street faleceu em 1939 (CPDOC/FGV, s.d). Francisco Matarazzo, falecido em 1937, foi um italiano radicado no Brasil, além de banqueiro, criou o maior complexo industrial do País da sua época. (FRAZÃO, s.d)

No discurso de fundação do CIESP publicado, posteriormente, sob título de Orientação Industrial Brasileira, Simonsen defendeu abertamente a industrialização do País. Em 1933, Simonsen tornou-se presidente do Instituto Nacional de Engenharia de São Paulo. Assumiu, ainda, um cargo no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio se tornando um dos quatro representantes patronais na Assembleia Constituinte de 1934, que representavam o País.

Nos anos 1940 atuou ativamente para a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), inaugurado em 1942 com objetivo central ligado à formação de mão de obra especializada para a nascente indústria de base. Em 1946, juntamente com um grupo de empresários ajudou a criar o Serviço Social da Indústria (SESI). Instituições que seguem fortes e atuantes em todo o território brasileiro.

3.4 EMPRESÁRIO DO RAMO AGROEXPORTADOR, BANQUEIRO E POLÍTICO

A partir dos anos 1920, Simonsen esteve envolvido mais com as atividades ligadas à economia agroexportadora, atuando no comércio de exportação e importação de produtos agrícolas no porto de Santos e com as questões financeiras do país chegando, inclusive, a adquirir um banco. Nesta época, passou a atuar, também, como produtor de café, algodão e carne. Observam-se portanto, a diversificação dos seus investimentos.

Como político, se destacou como Deputado Federal Constituinte por São Paulo, tendo tomado posse em 14 de novembro de 1933 e Deputado Federal com posse em 02 de maio de 1935. Sua atuação na área política se estendeu não somente à defesa dos interesses dos industriais e da indústria, mas, também em iniciativas ligadas às leis trabalhistas e negociações coletivas entre patrões e trabalhadores, incluindo a regularização da sindicalização, antes vista como atividade subversiva.

Mais tarde, em 1947, tornou-se Senador da República, cargo que exercia na data do seu falecimento, em 25 de maio de 1948, aos 59 anos de idade.

3.5 A CRIAÇÃO DA ESCOLA LIVRE DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA E A PRODUÇÃO INTELECTUAL

A Escola de Sociologia e Política (ELSP) é a mais antiga instituição de ensino superior de São Paulo no campo das Ciências Sociais. Foi fundada em 27 de maio de 1933, por um grupo de empresários e intelectuais da elite paulista, num momento em que São Paulo perdia espaço político no cenário nacional, em razão da chamada “Revolução de 30”. Além de Roberto Simonsen, faziam parte do referido grupo: Armando S. de Oliveira, ex-governador de São Paulo; José A. Machado de Oliveira, diretor da Faculdade de Direito de São Paulo; Cantídio de M. Campos, diretor da Faculdade de Medicina de São Paulo; Roberto Simonsen, empresário, criador do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP); Antonio de A. Prado, professor doutor da Faculdade de Medicina de São Paulo; Abrahão Ribeiro, industrial e empresário; Raul Briquet, professor da Faculdade de Medicina de São Paulo; Tácito de Almeida, empresário e intelectual; e Cyro Berlinck, empresário e intelectual. (FESPSP, s.d)

O objetivo da fundação desta Escola era desenvolver estudos e projetos educacionais e culturais direcionados às discussões sobre a economia brasileira, racionalização do trabalho nos moldes científicos como o taylorismo, reforma social e modernização da gestão pública. Atualmente a Escola possui três cursos de Graduação: Sociologia e Política, Biblioteconomia e Ciência da Informação e Administração, além das pós-graduações *Lato sensu*. Roberto Simonsen participou como fundador e professor na área de História Econômica na Instituição (FESPSP, s.d). Dada a carência de pesquisa neste campo no Brasil, Simonsen se dedicou à época, ao estudo e análise da história econômica brasileira, resultando em diversos artigos e na sua clássica obra História Econômica do Brasil, cuja primeira edição foi publicada em 1937.

A partir de então, Simonsen passou a defender de forma mais vigorosa a industrialização do Brasil. É muito conhecida a chamada controvérsia do planejamento,

resultante de debates acalorados entre o industrialista e planejador Roberto C. Simonsen e o economista liberal e defensor do setor agrícola Eugênio Gudin. Destaca-se que, em 1930, houve no Brasil o que se chamou de transição do Estado Oligárquico, para outro em que o setor industrial passou a preponderar. (IANNI, 1991)

No governo Getúlio Vargas (1930 – 1945), tem-se o desenvolvimento das indústrias no setor de transformação, com destaque para o ramo têxtil e o da metalurgia. Por isto entendia-se que havia a necessidade de incentivar a diversificação produtiva do setor industrial, para reduzir a dependência do setor agroexportador, notadamente, da cafeicultura. Neste sentido, Simonsen se tornou liderança no aspecto teórico e prático, entre as pessoas que defendiam o desenvolvimento industrial brasileiro, baseado na diversificação produtiva. O que, ademais, já se constituía em tendência mundial. A produção com base nos ramos de produtos não duráveis ou assalariados foi característica do processo de industrialização de meados do século XVIII e que teve a Inglaterra como liderança. Portanto, o período que o Brasil estava vivendo era um contexto de II Revolução Industrial desencadeado no século XIX e cuja base eram as inovações em produtos, processos, organização do trabalho, uso energético, gestão de empresas, entre outras. O Brasil estava, de fato, atrasado em todos os sentidos. (IZEPÃO, 2013)

As ideias de Simonsen, por causa dele ou não, repercutiriam no pensamento cepalino e no chamado nacional desenvolvimentismo que predominou no Brasil, sobretudo, entre os anos 1940 até o início da década de 1960. Simonsen, assim como a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL)¹³, criada em 1948, defendia a ideia de que o País necessitava se tornar industrializado e, dada as condições históricas, financeiras e tecnológicas do Brasil, para se desenvolver a indústria nacional nascente, esta necessitaria de proteção do Estado, por meio de políticas governamentais, tais como as tarifas alfandegárias sobre as importações, isto é, a chamada proteção aduaneira. O Estado deveria, ainda, criar instrumentos de financiamento e, em especial, planejar e incentivar a industrialização por meio dos investimentos em infraestrutura necessária ao desenvolvimento industrial nos setores, por exemplo, de transporte e energia. (IZEPÃO, 2013)

Estas ideias defendidas por Simonsen e que, posteriormente, seriam adotadas também pelos cepalinos, eram vistas por Gudin como equivocadas. Defensor do livre mercado e do setor agrícola, Gudin era contrário ao planejamento governamental porque entendia que o mercado seria mais capacitado para proceder à alocação dos recursos econômicos e, assim, contribuiria de melhor forma ao desenvolvimento dos setores produtivos. No entanto, é preciso destacar que na década de 1930, em razão das consequências econômicas, políticas e sociais da crise de 1929, o liberalismo já se encontrava em xeque.¹⁴ No mundo que emergiu da “Grande Depressão” e da II Guerra Mundial (1939-1945), caracterizado pelas políticas econômicas governamentais intervencionistas de cunho keynesiano e pela construção do Estado do Bem-Estar Social nos países desenvolvidos, não se aceitava mais os pressupostos teóricos dos economistas clássicos. (IZEPÃO, 2013)

Assim, apesar do modelo de industrializado para o Brasil, proposto por Simonsen, ser mais próximo do que seria o cepalino¹⁵ na década de 1950, do que o prevalecente à época

¹³ Sobre a Cepal e seu modelo de desenvolvimento para a América Latina, baseado na Industrialização por Substituição de Importações (ISI), ver RODRIGUES (1981).

¹⁴ A respeito deste tema ver Hobsbawm (1995).

¹⁵ A grande economista Maria da Conceição Tavares, em 1975 e 1978 e João Cardoso de Mello, em 1982, dão qualidade à análise sobre o que chamaram de Processo de Industrialização por Importações (PSI), destacando os seus limites e contradições. Inclusive destacam o fato de ser um modelo de industrialização incompleto porque os setores de bens de capital e intermediário eram incipientes no Brasil. O País não possuía as bases técnicas e financeiras de acumulação capazes de desenvolver concomitantemente o núcleo fundamental da indústria de bens de produção que faria com que a capacidade produtiva crescesse à frente da demanda, autodeterminando o processo de crescimento desenvolvimento industrial. Ver Tavares (1998), (1978) e Mello (1978). Sobre os

nos países desenvolvidos, significava a possibilidade de se tirar o País da condição de economia agroexportadora, com base na monocultura. Neste aspecto, o pensamento de Simonsen era moderno e importante para o Brasil.

Quadro 01 – Obras publicadas por Roberto Simonsen

N.	Ano	Título
01	1912	O município de Santos
02	1912	Os melhoramentos municipais de Santos
03	1919	Gado e a carne no Brasil
04	1919	O trabalho moderno
05	1923	Calçamento de São Paulo
06	1928	A orientação industrial brasileira
07	1930	As crises no Brasil
08	1931	As finanças e a indústria
09	1931	A construção dos quartéis para o exercito
10	1933	À margem da profissão
11	1933	Rumo à verdade
12	1934	Ordem econômica e padrão de vida
13	1935	Aspectos da economia nacional
14	1937	História econômica do Brasil (2 volumes)
15	1937	A indústria em face da economia nacional
16	1937	Discurso pronunciado na Colação de Grau dos Primeiros Bacharéis em Ciências Políticas e Sociais de São Paulo*
17	1938	Consequências econômicas da abolição da escravatura**
18	1938	Aspectos da história econômica do café
19	1939	A evolução industrial do Brasil
20	1939	Objetivos da Engenharia Nacional
21	1940	Recursos econômicos e movimentos de população
22	1940	Níveis de vida e a economia nacional
23	1941	As indústrias e as pesquisas tecnológicas
24	1942	As classes produtoras de São Paulo e o momento nacional
25	1943	Ensaio sociais, políticos e econômicos
26	1947	O Plano Marshall e a América Latina

Fonte: Câmara dos Deputados, (s.d); FEA (s.d)

trabalhos de Tavares 1975 e 1978, a versão que utilizamos neste estudo são as publicadas em 1998, pelo IE/Unicamp.

Nota: * Publicado no Jornal Correio paulistano dia 19 de dezembro de 1937.

**Palestra proferida na Conferência Nacional referente ao Primeiro Centenário da Abolição da Escravatura. Publicada no Jornal do Comércio em 08 de maio de 1938 e no mesmo ano pela Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, v. XLVII, p.257, 1938.

De todas as publicações citadas, sem dúvida a obra História Econômica do Brasil (1500-1820) é a mais significativa e se constitui um estudo clássico no campo da historiografia econômica brasileira. A atuação prática de Simonsen no campo empresarial, bem como a sua intransigente defesa da industrialização do País também no campo teórico, lhe rendeu homenagens e convites para participar de importantes órgãos e instituições tanto no Brasil, quanto no exterior.

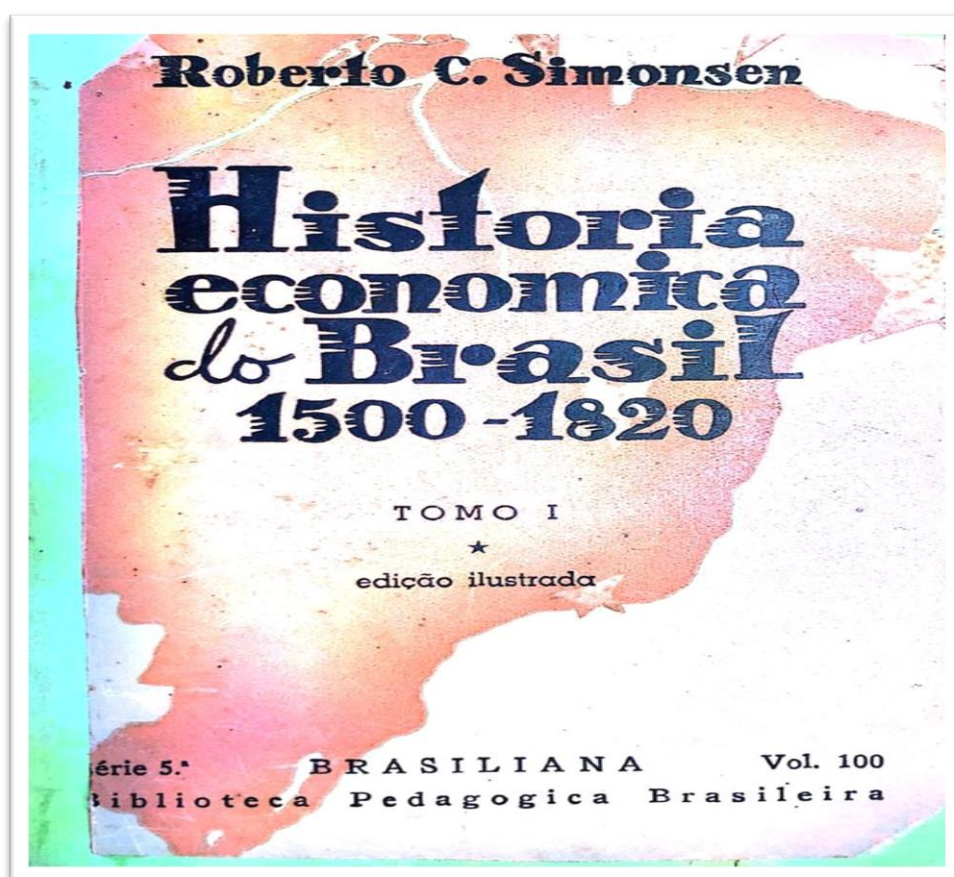


Foto 01: capa do clássico livro “História Econômica do Brasil: 1500 – 1820 – Tomo I.

Fonte: acervo da autora. Tomo I, edição de 1944.

Nota: o livro foi publicado, originalmente, em 1937, em 02 Tomos.

Quadro 02 - Membro de Institutos

Exterior	Nacional
<i>National Geographic Society</i> - Estados Unidos	Academia Brasileira de Letras
<i>Royal Geografhic Society</i> - Inglaterra	Academia Paulista de Letras
Academia Portuguesa de História - Portugal	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

	Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.
	Instituto Histórico e Geográfico de Santos
	Clube de Engenharia do Rio de Janeiro
	Instituto de Engenharia de São Paulo.

Fonte: Câmara dos Deputados, (S.d)

Entre as homenagens recebidas por Simonsen, se destacam: Medalha de Prata referente ao Cinquentenário da Proclamação da República, Comenda da Ordem Nacional do Mérito do Brasil e Comenda da Ordem Nacional do Mérito do Paraguai. Além do Instituto Roberto Simonsen da FIESP, Simonsen dá nome a escolas do SESI e SENAI. No dia 25 de maio, data do seu falecimento, ocorrido em 1948, comemora-se, também, o Dia Nacional da Indústria, homenagem ao patrono da indústria nacional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se deve crer que Roberto Simonsen tenha sido um autor intelectual unigênito da corrente industrialista, isto é, daqueles que acreditavam que a indústria deveria ser o único motor de transformação e avanço da economia brasileira nos anos 1930 e 1940. Em outras palavras, que a expansão industrial deveria ser o núcleo duro e central na dinâmica de acumulação de capital nacional à época. No entanto, é inegável que Simonsen tenha sido, de fato, o mais proeminente defensor deste modelo, para o crescimento econômico do País, à época.

Com esta afirmação não se quer aqui, negar a importância de outros defensores do nacional industrialismo que o antecederam. O que se deseja é destacar a justa posição ocupada por Roberto Simonsen, em relação ao movimento posteriormente nominado de "nacional-desenvolvimentista". Simonsen foi um homem de muitas atribuições e que, ao mesmo tempo, dispunha de um conjunto de competências, habilidades e recursos que lhe possibilitaram assumir a posição de destacada relevância tanto no pensamento econômico e historiográfico brasileiro, por meio do qual deixou aos brasileiros importantes contribuições, quanto na sua atuação prática no âmbito político, empresarial e industrial.

Por meio do estudo de seu legado é possível observar que Simonsen foi uma pessoa dotada de inteligência ímpar, na qual foi adicionada sólida formação intelectual. Trata-se de um homem que foi privilegiado financeiramente, pois nasceu em uma família de muitas posses e isto lhe permitiu obter uma esmerada educação erudita, incluindo o domínio de outros idiomas, além da oratória que muito contribuíram para as suas articulações políticas.

É preciso destacar, no entanto, que esses dados mencionados não justificam integralmente a razão do seu sucesso. As condições supracitadas são condições "*stricto sensu*" da sua vida, mas, muito dependeu do seu esforço também. Do contrário, todas as pessoas bem-dotadas de recursos financeiros deste País, trariam contribuições iguais ou semelhantes. A sociologia moderna mostra que a vida de um indivíduo não depende apenas e somente de si mesmo. A vida de alguém depende de uma série de coisas que independem de si mesmo, que estão para além da sua própria vontade, e que escapam à sua capacidade de controle. Isto é, existe uma vasta porção de vida de um indivíduo que é herança história, ou seja, lhe é legado, e não é de mérito próprio. Essa herança determina em larga medida os horizontes pelos quais

o indivíduo divagará, e se realizará. A herança histórica serve de parâmetro dinâmico para um mais apropriado entendimento do desempenho da vida individual de um sujeito histórico. No entanto, é o que acontece após o nascimento que engendrará o futuro da criança, e que orientará rumos e os níveis onde esta existência se exercerá.

As condições *a posteriori* são aquelas que condicionam se as potencialidades hão de se realizar. As instâncias dessa herança histórica são, por exemplo, raça, classe, camada social, sexo, nacionalidade, religião, entre outras. Tais instâncias podem funcionar como um mecanismo de oxigenação das potencialidades de uma pessoa. Simonsen foi um homem brilhante, não obstante, teve uma destacada herança histórica. Sua mãe, brasileira, pertencia a uma família de origem judaica tradicional da elite do País e seu pai, um inglês abastado. De qualquer maneira, as contribuições de Simonsen ao Brasil, às quais já foram destacadas, são inegáveis e qualquer estudo sobre estas ou mesmo ao personagem em si são plenamente justificáveis, quer seja do ponto de vista histórico, sociológico, pedagógico, econômico ou da administração pública ou privada.

5 REFERÊNCIAS

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Roberto Simonsen. Disponível em: www.camara.leg.br/. Acesso em: 03 maio 2022.

CARONE, Edgard. **Roberto C. Simonsen e sua Obra**. Rio de Janeiro: R. Adm. Emp., 1971.

CIESP. **Sobre o Ciesp**. Disponível em: www.ciesp.com.br. Acesso em 20 nov 2022.

CURI, L. F B; SAES, A. M. Roberto Simonsen e a modernização do Brasil na Primeira república. **História Econômica & História de Empresas**. Vol. 17, n. 2 (2014), p. 313 -352.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: historiografia e história**. 15.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FEA. Faculdade de Economia e Administração da USP. Roberto Simonsen. **Pioneiros & Empreendedores**. S.d. Disponível em: www.fea.usp.br. Acesso em: 20 out 2022.

FESPSP. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2021 – 2025)**. Disponível em: www.fespsp.org.br. Acesso em: 20 ago 2023.

FGV-CPDOC. **Roberto Cochrane Simonsen**. S.d. Disponível em: www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionario/verbete-biografico/roberto-cochrane-simonsen. Acesso em: 20 out 2022.

_____. **Jorge Street**. S.d. Disponível em: www.cpdoc.fgv.br. Acesso em: 25 maio 2013.

FRAZÃO, D. **Francisco Matarazzo: empresário italiano**. S.d. Disponível em: https://ebiografia.com/francisco_matarazzo. Acesso em 17 mar 2022.

HOBBSAWN, E. **Era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, O. **Estado e planejamento no Brasil**. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

IZEPÃO, R. L. **O planejamento governamental no Paraná: economia, política e política econômica**. . Maringá: EDUEM, 2013.

LIMA, Heitor Ferreira. **O pensamento econômico no Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1976.

LUZ, N. V. **A luta pela industrialização do Brasil (1808 – 1930)**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1961.

MAZA, Fábio. **O idealismo prático de Roberto Simonsen: ciência, tecnologia e indústria na construção da nação**. 1.ed. São Paulo: Instituto Roberto Simonsen, 2004.

MELLO, J. M. C de. **Capitalismo tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ROMPATTO, Maurílio. **Roberto Simonsen e a evolução sem revolução: uma contribuição ao estudo do pensamento industrialista brasileiro**. Maringá: Massoni, 2011.

RODRIGUES, O. **Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL**. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

SAES, F. A. M de; SAES, A. M. **História econômica geral**. São Paulo: Saraiva, 2013.

SESI. São Paulo. **Histórico**. S.d. Disponível em: www.sesisp.org.br. Acesso em: 23 out 2022.

SIMONSEN, R.; GUDIN, E. **A controvérsia do planejamento na economia brasileira**. 3. ed. Brasília: IPEA, 2010. Disponível em: www.repositorio.ipea.gov.br. Acesso em: 16 ago 2021

TAVARES, M. da C. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. 3. Ed. Campinas: IE/Unicamp, 1998. Disponível em: www.eco.unicamp.br. Acesso em: 13 fev 2023.

_____. **Ciclo e crise: o movimento da industrialização brasileira**. Campinas: IE/Unicamp, 1998. Disponível em: www.eco.unicamp.br. Acesso em 20 mar 2023.